

BANCADA DO PSOL:

2023 – 2024



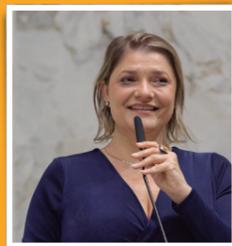
Célia Xakriabá
Minas Gerais



Fernanda Melchionna
Rio Grande do Sul



Luciene Cavalcante
São Paulo



Chico Alencar
Rio de Janeiro



Glauber Braga
Rio de Janeiro



Luiza Erundina
São Paulo



Erika Hilton
São Paulo



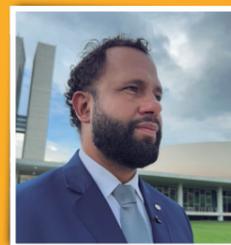
Guilherme Boulos
São Paulo



Sâmia Bomfim
São Paulo



Henrique Vieira
Rio de Janeiro



Talíria Petrone
Rio de Janeiro



Ivan Valente
São Paulo



Tarcísio Motta
Rio de Janeiro



BANCADA DO PSOL:

2023 – 2024



Sumário

Apresentação Guilherme Boulos - líder 2023	6
Apresentação Erika Hilton - líder 2024	7
PSOL X Lira: Disputa contra o pensamento único	8
Presidência da CPovos e Luta contra o marco temporal	10
Presidência CLP - Resistência democrática	14
Sem anistia para os golpistas!	16
Justiça para Marielle	18
CPMI do 8 de janeiro	22
CPI do MST	24
CPI das Americanas	26
Impactos do arcabouço fiscal	27
Reforma tributária	28
Combate à fome e à desigualdade social	30
Fim da escala 6x1	32
Erundina 90 anos - uma mulher que não foge à luta!	34
Poster Erundina 90 anos	36
Elas ficam! Glauber fica!	40
A minirreforma eleitoral	42
Menina não é mãe! Luta contra o PL 1904/2024 e a PEC do estupro	43
O amor vence - em defesa do casamento igualitário	44
Enfrentamento da crise climática no Brasil e ações legislativas do PSOL	46
O que aprendemos com as disputas eleitorais em São Paulo, Rio de Janeiro e Niterói?	52
Internacional: Palestina Livre	54
Educação sob ataque	56
Resistência e propostas para segurança pública	58
Eventos	60
Prêmio Congresso em Foco	62
Destaque legislativo - cada mandato	64
Propostas aprovadas	66

Edição e revisão:

Evelin Maciel
Fernanda Chaves
Flávio Elias
Giulia Tadini
Mariane Andrade

Fotos:

PSOL na Câmara
Capa: Ascom Chico Alencar



**PSOL NA
CÂMARA**

Liderança do PSOL
Câmara dos Deputados
Anexo II, Piso Superior,
Ala C, Sala 116
61 - 3215 9835

lid.psol@camara.leg.br
www.psolnacamara.org.br



navar.design@gmail.com

Liderança do PSOL 2023-2024

Alexandre Varela
Bruna Menezes
Carla Guareschi
Clarice Nader
David Deccache
Deise Benedito
Denis Urazato Pereira
Dida Figueiredo
Elisabete Medeiros
Evelin Maciel
Flávio Elias
Fernanda Chaves
Giulia Tadini
Gleydson Lennon
Graça Campos
Hélio Rodrigues
Igor Luis Baia
Jorge Guimarães
Jessica Dandhara
Kathleen Magina
Letícia Camargo
Lucas Marubo
Luiz Araújo
Madu Krasny
Malena Rehbein
Melina de Faria
Mariane Andrade
Nina D'Ayala Valva
Patrícia Isabel Silva
Pedro Brandão
Pedro Amaral
Roberto Dantas
Rud Souza e Silva
Sandro Lobo
Talita Victor
Terezinha Monteiro
Thiago de Souza
Thiago Seixas
Virgínia Alves



Dep. Guilherme Boulos

Líder da bancada em 2023

Nas comissões, fui vice-presidente da Comissão Mista que recriou o Programa Minha Casa, Minha Vida. Também fui vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano - CDU onde relatei, entre outros, o PL 380/2023, da deputada Erika Hilton (SP), com o objetivo de criar diretrizes que fomentem a construção de cidades resilientes às mudanças climáticas. Também fui membro da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar-Coética e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC. Também fui coordenador da Frente Parlamentar Mista pelo Combate às Desigualdades do Congresso Nacional.

Nossa ação no Parlamento foi reconhecida diversas vezes. Integrei a lista de parlamentares mais influentes do Congresso elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - Diap, bem como fui um dos vencedores do Prêmio Congresso em Foco 2023. Pelo Instituto Representação e Legitimidade Democrática - ReDem, que analisou o índice de influência parlamentar em 2023, fui eleito o 12º deputado federal mais influente da Câmara dos Deputados, dentre 513.

Assumimos a liderança da bancada logo no primeiro ano como parlamentar, após ter sido eleito o deputado mais votado de São Paulo, com mais de um milhão de votos nas eleições de 2022.

No ano de nossa liderança, fui relator da Comissão Especial do Projeto de Lei para o Programa de Aquisição de Alimentos, que culminou na recriação do programa. Para além desta aprovação, também aprovamos o PL 2530/2023, que pune bancos e instituições financeiras que concedam empréstimos consignados sem autorização do correntista, bem como o PL 4035/2023, que determina que o Congresso Nacional fiscalize a eficácia das políticas públicas do governo federal no combate à desigualdade.



Dep. Erika Hilton

Líder da bancada em 2024

Congresso conservador e avesso aos avanços e direitos sociais da nossa população.

Se destaca também a defesa intransigente e inegociável dos direitos das mulheres, dos trabalhadores e trabalhadoras, da comunidade LGBTQIA+, dos indígenas, da população em situação de rua, do povo negro e das periferias do nosso país pela bancada e sua liderança.

A construção de pontes e canais de diálogo com o Governo Lula, seus Ministérios e outras bancadas de partidos de esquerda, outra prioridade da nossa liderança, têm se provado também cada vez mais necessária: O cenário político nacional e global exige um trabalho responsável para garantir que o fim das desigualdades, o desenvolvimento social e econômico, a democracia e a vida das pessoas do nosso país estejam sempre na ordem do dia.

E é nesse cenário desafiador que também se faz essencial a coragem para defender as prerrogativas parlamentares daquelas e daqueles que compõem a nossa bancada, sendo essencial à liderança a busca por posicionamentos em consenso para a garantia do livre exercício de nossas funções públicas em defesa do nosso povo.

Nossa liderança também foi marcada por posicionar o PSOL e a bancada na Câmara à frente de grandes debates públicos, como a luta pelo fim da escala 6x1, a proteção do direito das mulheres, meninas e pessoas que gestam ao próprio corpo, o direito de pessoas LGBTQIA+ à existência plena, a garantia de direitos das pessoas vítimas de catástrofes climáticas e tantos outros. Uma estratégia exitosa e positiva para o partido, gerando reconhecimento público do trabalho dos parlamentares e uma valorização da própria bancada.

Fui a primeira mulher trans e negra a ocupar tanto o posto de deputada federal por São Paulo quanto o de líder de uma bancada, a do PSOL na Câmara dos Deputados, no ano de 2024.

Eleita em 2022 com mais de 256 mil votos, tenho minha atuação reconhecida na defesa dos direitos humanos, no combate às desigualdades sociais e na promoção de políticas públicas que garantam inclusão e dignidade à toda a população brasileira, especialmente às historicamente marginalizadas.

Como líder, ao longo do ano, conseguimos destaque pela capacidade de articulação e movimentação em prol das propostas das legislaturas que compõem a bancada do partido e do próprio projeto político do PSOL, em um



PSOL X LIRA: DISPUTA CONTRA O PENSAMENTO ÚNICO

No começo da atual legislatura (2023-2026), a Câmara dos Deputados elegeria seu novo presidente para um mandato de dois anos. De um lado, Arthur Lira (PP/AL), candidato à reeleição e com o apoio da maioria dos partidos – do PL ao PT; de outro, o PSOL lançou o deputado Chico Alencar (RJ) para evidenciar a defesa de um Parlamento como espaço do dissenso civilizado, da expressão de classe sociais secularmente oprimidas e a punição, sem anistia, de todos os envolvidos nos atos criminosos de 8 de janeiro.

A candidatura do PSOL representou uma alternativa ao balcão de negócios e do “toma lá dá cá” que caracterizaram as últimas presidências da Câmara, incluindo a do próprio Arthur Lira, simbolizada na baixa e corrompida política de fazer do orçamento público uma operação secreta para beneficiar currais eleitorais, em detrimento dos interesses da população.



Fiscalizar o Poder Executivo, função precípua do Parlamento, não é chantagear o governo nem trocar votos por cargos, como ocorreu nos últimos anos nas negociações para a composição da Mesa Diretora e nas principais votações da Câmara.

O deputado Chico afirmou, na época, que quanto mais votos Lira tivesse, mais o governo ficaria refém do Centrão. Infelizmente, estava certo. Lira acabou reeleito com 464 votos no primeiro turno – precisava de 257. Chico Alencar teve 21 votos e Marcel van Hattem (Novo/RS) recebeu 19 votos. Nestes dois anos de sua gestão, Arthur atuou como um “co-Presidente da República”, deixando um legado de destruição que pode ser resumido em 10 “desmandamentos”:

1. Aval ao Orçamento Secreto e seus sucedâneos, como o esquema mais recente dos R\$ 4,2 bi das Comissões, atropelados por 17 líderes, sob seu comando;
2. Resolução 21, de 2021 (primeiro ano da sua presidência na CD), que alterou o rito para a apreciação das matérias em plenário e reduziu significativamente os instrumentos de obstrução da minoria;
3. Reuniões do colégio de líderes foram substituídas por reuniões com a base governista, durante o governo Bolsonaro, e por encontros dos líderes da “base do Lira”, realizados geralmente na Residência Oficial, para os quais o PSOL não era chamado;
4. Edição de Atos da Mesa pela presidência *ad referendum* do colegiado, que raramente passavam pela Mesa Diretora;

5. Pauta imprevisível, publicada em cima da hora da votação; republicação de pautas com matérias adicionais nas próprias sessões em andamento;
6. Manutenção da dinâmica da pandemia: sessões híbridas com votações on-line;
7. Furor dos regimes de urgência, que atropelam a análise de projetos nas comissões e os levam diretamente para votação em plenário;
8. Naturalização das sessões extraordinárias, chamadas para 13h55, sem hora para acabar, definiu o fim do limite de 4h e da possibilidade de pedir novo painel de presença, dando mais poder à maioria;
9. Controle vertical e autoritário das dependências da Casa, vedando, em várias ocasiões, acesso ao público, credenciais a jornalistas e atos, mesmo com deputados, que não tivessem sua expressa autorização; interrupções de falas de parlamentares que não fossem de seu agrado, até cortando o som;
10. Início da ordem do dia a seu exclusivo desejo, quase sempre às 19h, 20h, entrando pela noite.

Acreditamos em outra maneira de fazer política, que passa pelo debate democrático das ideias, pelo respeito à diferença, pela transparência nas ações e no uso responsável das verbas públicas.

E atenção: o PT parece não ter percebido o preço caro que pagou neste último período. Lira quis fazer seu sucessor na eleição em fevereiro de 2025. O PSOL não entrou nesse novo arranjo e apresentou o deputado Pastor Henrique Vieira (RJ) como candidato à presidência da Câmara. Por transparência e dignidade, contra a cristalização do atraso!

PRESIDÊNCIA DA CPOVOS

Em 2023, os indígenas e povos tradicionais foram reconhecidos como protagonistas em uma Comissão temática permanente na Câmara dos Deputados, a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPovos), presidida pela deputada Célia Xakriabá (MG), e tendo como vice o deputado Chico Alencar. Esse marco histórico, com uma mulher indígena na Presidência da Comissão, trouxe os povos para a pauta legislativa e abordou sua situação de vulnerabilidade. No seu ano inaugural, a CPovos realizou 25 reuniões deliberativas, 20 audiências públicas e 6 seminários, aprovou 20 projetos de lei e teve muitas ações com a presença da ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara.

Em seu último discurso como presidenta, a deputada Célia declarou que acredita que os povos indígenas têm as tecnologias ancestrais e sociais para salvar a vida na Terra. Por isso, eram novecentos mil cocares ocupando a missão de presidir a CPovos, além das comunidades quilombolas, povos de terreiro, vazanteiros, ribeirinhos, apanhadores de flores e demais povos tradicionais.

O 1º Seminário dos Povos Originários no Congresso Nacional, realizado durante o 19º Acampamento Terra Livre, teve como objetivo proporcionar à sociedade e aos parlamentares um acesso direto aos debates atuais sobre a pauta indígena, com relatos de representantes de diversos povos. Em 2024, a CPovos realizou a 2ª edição do seminário, com a expectativa de que o evento seja anual.



A visita de representantes da Comissão ao Vale do Javari, região marcada pela ausência do Estado e por atividades ilegais como narcotráfico, exploração de madeira, caça, pesca e garimpo, foi importante para apoiar o Grupo de Trabalho de proteção territorial e segurança da Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas. Esse grupo faz parte do Comitê Interministerial de Coordenação e Acompanhamento das Ações de Desintrusão de Terras Indígenas.

Uma delegação de congressistas dos EUA, formada por Alexandria Ocasio-Cortez, Maxwell Frost, Greg Casar, Nydia Velásquez, Misty Reibik, chefe de gabinete de Bernie Sanders, entre outros, reuniu-se com a presidenta da CPovos. O encontro abordou questões indígenas no Brasil, a política dos EUA para a América Latina, ações climáticas, causas da migração e democracia.

Uma audiência pública no parlamento abordou as violações contra os povos indígenas durante a ditadura militar, período em que a Comissão Nacional da Verdade identificou ao menos 8 mil mortes de indígenas de 10 povos e casos de deslocamento forçado para obras do regime. Apesar das recomendações para aprofundar investigações e superar esse passado de violência, avanços concretos não foram alcançados. O debate permitiu que povos afetados registrassem suas memórias em uma instituição estatal, reforçando a importância de reconhecer e preservar essas histórias e reparar os povos afetados.

A deputada Célia Xakriabá, enquanto presidenta da Comissão, buscou, em suas próprias palavras, reflorescer a política e o pensamento, trazendo os saberes da nossa ancestralidade, a força do jenipapo e do urucum e as vozes da terra. E assim o fez.

LUTA CONTRA O MARCO TEMPORAL

Em 2023, o Congresso Nacional aprovou a Lei 14.701, que institucionaliza o marco temporal para a demarcação de terras indígenas e permite a exploração econômica nessas áreas. Houve veto presidencial, mas o Congresso o derrubou e manteve a lei. Simultaneamente, o Superior Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do marco temporal no caso da terra indígena Ibirama-Laklãnô (SC), vitória jurídica provocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB, PSOL e partidos aliados.

Em 2024, a luta contra o marco temporal continuou. No Congresso, a PEC 48/2023 avançou na CCJ do Senado com parecer favorável do relator, senador Esperidião Amin, mas sem diálogo com os povos indígenas. Após pressão do Movimento Nacional Indígena, a votação foi adiada para 2025. No STF, o ministro Gilmar Mendes instaurou uma Comissão Especial de Autocomposição para debater a demarcação de terras indígenas. A APIB se retirou das discussões, ao alegar que a tese do marco temporal já havia sido superada pelo STF e não deveria ser negociada.

O Movimento Nacional Indígena intensificou sua mobilização, organizou marchas e bloqueios de rodovias em várias regiões do país. Enquanto isso, a Mesa de Conciliação do STF seguiu a discussão do tema sem a participação da APIB, mas com a presença da deputada Célia Xakriabá, representante dos povos indígenas no Parlamento, além do Ministério dos Povos Indígenas, FUNAI, autores da PEC e representantes do agronegócio. Tanto a tramitação da PEC 48/2023 quanto as discussões no STF foram adiadas para 2025.



Deputada Célia Xakriabá, líder indígena Raoni Metuktire e ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara

Vale ressaltar que, em paralelo a estas discussões, o Governo Federal avançou na demarcação de terras indígenas em 2024, homologou 13 territórios desde 2023. Entre as terras homologadas estão Aldeia Velha (BA) e Cacique Fontoura (TO/MT), em abril; Maró, Cobra Grande (PA) e Apiaká do Pontal e Isolados (MT), em outubro, sete territórios indígenas no estado de São Paulo, que são Jaraguá, Peguaoty, Djaiko-aty, Amba Porã, Pindoty - Araça-Mirim, Tapy'i/Rio Branquinho e Guaviraty, em setembro, totalizando 18.614 hectares e abrigando aproximadamente 982 indígenas. Em dezembro foram homologadas as Terras Potiguaras de Monte-Mor (PB), Morro dos Cavalos e Toldo Imbu (SC).

Portanto, apesar dos embates entre o Poder Legislativo e Judiciário sobre o tema, que evidencia a força do Movimento Nacional Indígena em incidir politicamente, judicialmente e socialmente, muito se avançou em demarcações de terras indígenas no atual governo, através do Ministério dos Povos Indígenas, bem como se ressalta a importância de representatividade para os povos indígenas no Congresso Nacional, que hoje é exercida pela deputada Célia Xakriabá.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Em 2024, a Comissão de Legislação Participativa - CLP, presidida pelo deputado Glauber Braga (RJ), alcançou um marco histórico em sua trajetória. Idealizada pela deputada Luiza Erundina (SP), a Comissão, criada em 2001, nunca havia registrado tamanha produtividade. Este espaço, único na Câmara dos Deputados por permitir a participação direta da sociedade civil no processo legislativo, consolidou-se como uma ferramenta essencial de resistência democrática e articulação popular.

Os números de 2024 evidenciam o salto qualitativo e quantitativo em relação a anos anteriores:

198 ATIVIDADES REALIZADAS, superando o recorde anterior de 139 atividades em 2019 e mais que o dobro das 97 registradas em 2023.

163 REUNIÕES PÚBLICAS incluindo audiências, seminários e mesas-redondas - um aumento de 68% em relação a 2023 e 51% acima do recorde anterior, de 108 reuniões em 2019.

104% DE CRESCIMENTO NO TOTAL de atividades em relação ao ano anterior, reafirmando o protagonismo da comissão.

ALGUNS DESTAQUES DAS ATIVIDADES EM 2024

1. Regulamentação dos Motoristas de Aplicativo

O deputado Glauber Braga liderou a audiência pública sobre a regulamentação da profissão de motorista de aplicativo. O debate destacou as condições precárias de trabalho enfrentadas por esses profissionais, expondo os efeitos da "uberização". O deputado Glauber enfatizou a necessidade de garantir direitos trabalhistas e previdenciários, enfrentando a narrativa da flexibilidade que, na prática, aumenta a vulnerabilidade dos trabalhadores.

2. Privatização do Sistema Prisional

A proposta de privatização do sistema prisional foi criticada em audiência pública organizada pelos deputados Glauber Braga, Fernanda Melchionna (RS)

e Sâmia Bomfim (SP). Os parlamentares denunciaram a mercantilização do encarceramento, que aprofunda desigualdades sociais e ignora as necessidades de reformas humanitárias no sistema.

3. Desastres Ambientais no Rio Grande do Sul e Auxílio Calamidade

A deputada Fernanda Melchionna conduziu dois importantes debates sobre as tragédias climáticas que devastaram o estado. O primeiro apontou as deficiências nas políticas de prevenção e mitigação de desastres. O segundo debate apresentou uma proposta concreta, com apoio de mais de cem movimentos sociais e a criação do auxílio calamidade de um salário mínimo mensal por dois anos para famílias afetadas.



Bruno Spada / CD

4. Fake News sobre Mudanças Climáticas

O deputado Chico Alencar organizou uma audiência para discutir a desinformação climática, que mina as políticas públicas necessárias para combater a crise ambiental. A audiência foi uma chamada à ação para garantir a integridade científica e fortalecer o combate às notícias falsas.

5. Uso de Câmeras Corporais por Agentes de Segurança Pública

O debate conduzido pelo deputado Pastor Henrique Vieira abordou o uso de câmeras corporais como ferramenta de controle, transparência e proteção. A experiência de mais de 25 países foi trazida para enriquecer o debate sobre a redução de abusos e a garantia de segurança para a população e agentes públicos.

6. Cotas para Pessoas Negras em Concurso Público

Solicitada pela deputada Talíria Petrone (RJ), a audiência pública, realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial - CDHMIR, debateu a prática de fatiamento de concursos por parte de instituições, que cria editais com poucas vagas, o que tem prejudicado o cumprimento da lei de reserva de 20% das vagas da seleção para negros e negras.

7. Pacote Fiscal e Cortes nos Direitos Sociais

A deputada Sâmia Bomfim foi a articuladora do seminário que discutiu os impactos do Novo Arcabouço Fiscal e contou com apoio da Fundação

Lauro Campos e Marielle Franco e de diversas entidades. Economistas, parlamentares e movimentos sociais apontaram como o novo arcabouço fiscal inviabiliza direitos sociais, como saúde, educação e seguridade social, aprofundando desigualdades.

8. Privatização dos Serviços de Saneamento

O deputado Glauber Braga organizou uma audiência para denunciar os efeitos da privatização no setor de saneamento básico. Movimentos sociais apresentaram evidências de tarifas abusivas, precarização e falta de acesso a serviços básicos, reforçando a urgência de reestatizar o setor para garantir o direito à água e ao saneamento.

Em 2024, a CLP reafirmou-se como um bastião de defesa dos direitos sociais, da democracia e da justiça climática. Com números que refletem um trabalho intenso e consistente, a comissão não apenas ampliou sua atuação, mas também consolidou-se como espaço fundamental para ouvir a sociedade civil e articular propostas progressistas.

Na qualidade de presidente da Comissão, o deputado Glauber, com apoio de toda bancada do PSOL, impetrou um mandado de segurança contra Arthur Lira, pelo desrespeito às determinações do STF e as manobras ilegais na condução da distribuição das emendas de comissão.

SEM ANISTIA PARA GOLPISTAS!

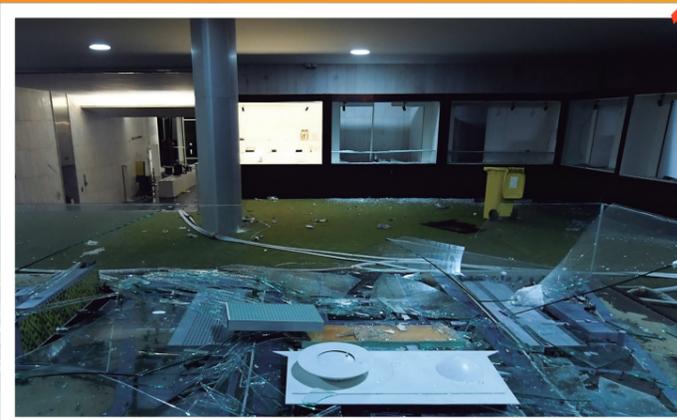
8 de janeiro de 2023 ficará negativamente marcado para a história. Nesse dia, a extrema direita, capitaneada por seu líder, o ex-presidente Jair Bolsonaro, saiu em marcha, e, na altura da Praça dos Três Poderes, esses extremistas romperam as barreiras policiais, invadiram a área de contenção e vandalizaram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo, e o Palácio do Supremo Tribunal Federal - STF. Em suma, um ataque literal e simbólico aos Três Poderes.

Desde o primeiro dia da nova legislatura, o PSOL se dedica incansavelmente a denunciar o golpismo. No primeiro dia da legislatura 2023-2026, o então líder Guilherme Boulos (SP), juntamente com a bancada da federação, protocolou pedido de cassação contra os parlamentares Abílio Brunini (PL-MT), André Fernandes (PL-CE), Sílvia Waiãpi (PL-AP) e Clarissa Tércio (PP-PE), por incentivo aos atos extremistas de 8 de janeiro.

Mais recentemente, a ofensiva da Operação Contra Golpe, que investiga Bolsonaro e o núcleo duro do golpismo, representou uma primeira vitória da democracia. Pela primeira vez na história do país, generais que chefiaram uma tentativa de golpe foram indiciados como criminosos. A revelação de que havia um plano para matar o presidente Lula, o vice-presidente Alckmin e o ministro do STF, Alexandre de Moraes, expõe a gravidade máxima da trama fascista.

Nesse contexto, a bancada do PSOL na Câmara dos Deputados, já liderados pela deputada Erika Hilton (SP), pediu que o ministro Alexandre de Moraes determinasse a prisão preventiva do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e do general da reserva Walter Braga Netto.

Jefferson Rudy / Ag. Senado



Em outro flanco de ação, a deputada Sâmia Bomfim, em conjunto com a bancada do PSOL na Câmara, protocolou um pedido de arquivamento do projeto de lei que anistia os envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

É hora de reafirmar a luta contra a anistia de quem articulou, financiou e participou do atentado golpista de 8 de janeiro.

Precisamos seguir, no Parlamento e nas ruas, na defesa da democracia e, junto com os movimentos sociais, cobrar a conclusão das investigações e as condenações desse atentado à democracia.



EM NOME DA MEMÓRIA, DA VERDADE E DA JUSTIÇA!

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

A deputada Luiza Erundina (SP) entrou, em dezembro de 2024, com representação na Procuradoria Geral da República - PGR para que o Ministério Público Federal exija do Estado brasileiro o cumprimento de 29 recomendações previstas no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade - CNV.

Passados 13 anos da instalação da CNV e uma década da publicação do relatório, que tem mais de 4 mil páginas, praticamente a totalidade das recomendações não foi implementada, como a criação de um órgão permanente pra dar continuidade às investigações e monitorar as políticas previstas.

As violações de direitos humanos relatadas pela CNV continuam sem punição, o que contribui para o aumento do autoritarismo no Brasil. Os familiares dos mortos e desaparecidos políticos e a sociedade brasileira esperam e exigem que sejam responsabilizados criminalmente os agentes públicos envolvidos na repressão durante um dos períodos mais sombrios da história do país, a ditadura militar (1964-1985).

COMISSÃO DA ANISTIA

Uma reparação histórica na vida do deputado Ivan Valente (SP), preso e exilado político da ditadura militar no Brasil.

Em março de 2023, a Comissão da Anistia reconheceu as atrocidades cometidas pelo regime militar contra Ivan, o que havia sido negado pelo governo anterior, do ex-presidente Bolsonaro.

Ivan foi perseguido, preso e torturado nos centros de detenção, obrigado a viver na clandestinidade por cinco anos e meio, período em que não pode receber seu diploma de engenharia e ficou longe da família.

Em seu discurso, declarou que tem orgulho de suas escolhas, a luta em defesa da democracia e da liberdade, por um Estado livre, solidário, soberano e socialista.

Um passado como a ditadura não pode voltar, mas sempre tem que ser lembrado. Os torturadores precisam ser punidos, de qualquer forma, pela necessidade e importância do restabelecimento da democracia.

JUSTIÇA PARA MARIELLE FRANCO E ANDERSON GOMES

Em 2023, cinco anos após o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e apenas após as eleições tirarem Bolsonaro da presidência, o atentado político de maior relevância na história do país desde a redemocratização passou a receber o tratamento devido pelo Estado brasileiro.

A bancada do PSOL na Câmara desde o primeiro minuto após esse bárbaro crime, em 18 de março de 2018, cobrou justiça e denunciou a negligência e descaso do governo Bolsonaro. Ao longo do biênio 2023-2024, e diante do compromisso do governo Lula, a bancada se articulou com as autoridades de Estado em busca do tempo perdido na elucidação do caso.

Desde o crime, todo mês de março a bancada do PSOL realiza sessão solene em homenagem à vereadora Marielle e a Anderson, sempre com a participação de familiares, defensores de direitos humanos, autoridades, amigos e sociedade. Em 2023 e 2024 não foi diferente, as sessões foram marcadas por muita emoção e revolta pela demora em desvendar e punir os mandantes, mas também por esperança com a nova fase de investigação.

Em março de 2023, após a deputada Sâmia Bomfim voltar a receber ameaças de morte por conta de sua atuação política, e juntamente com as demais parlamentares da bancada também vítimas de ameaças de conteúdo misógino, a bancada do PSOL se reuniu em



Ministro Flávio Dino e equipe do Ministério da Justiça recebem os deputados federais Chico Alencar, Célia Xakriabá, Professora Luciene, Tarcísio Motta, Pastor Henrique Vieira, Sâmia Bomfim, Talíria Petrone; a vereadora do Rio e viúva de Marielle, Monica Benício, a jornalista sobrevivente do atentado, Fernanda Chaves, e Mariana Riscali, membro da executiva do PSOL. Em pauta, o compromisso do Estado com a elucidação do assassinato de Marielle e Anderson, em março/2023

audiência com o então empossado ministro da Justiça, Flávio Dino. Em resposta, o ministro Dino decidiu criar um observatório, em sua pasta, com o objetivo de acompanhar ações relacionadas a violência política de gênero a partir de informações de ministérios públicos estaduais, delegacias, defensorias e partidos políticos para que o crime como o de Marielle Franco não se repita. Na ocasião da visita ao ministro, os parlamentares pediram informações sobre a Força Tarefa da Polícia Federal recém anunciada para acompanhar, no Rio de Janeiro, as investigações do caso Marielle e os novos elementos de inteligência para elucidação do caso.

Em julho daquele ano, a Força Tarefa da Polícia Federal anunciou que os então acusados pela execução do crime negociaram um acordo de delação. Eles estavam presos desde 2019 sem julgamento, e a investigação sobre os mandantes, desde então, estagnada.

Um mês depois a bancada voltou a se reunir com o ministro da Justiça, Flávio Dino, para tratar sobre a persistente violência política, em especial contra os mandatos parlamentares que têm como pauta a defesa das mulheres, indígenas, negras e negros e comunidade LGBTQIA+. A bancada ressaltou que solucionar o crime que nos tirou Marielle e Anderson Gomes seria uma for-

ma de resposta à sociedade, de que este país não tolera a impunidade. Vereadoras e deputadas estaduais do partido também ameaçadas participaram da reunião e solicitaram as suas inclusões no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

Já em março de 2024, com a indicação de Flávio Dino para ministro do Supremo Tribunal Federal, o Ministério da Justiça passou a ser comandado por Ricardo Lewandowski. Logo a bancada do PSOL solicitou audiência para tratar do caso Marielle às vésperas do sexto aniversário do crime. Os parlamentares do PSOL e a sobrevivente do crime, a jornalista

Fernanda Chaves, queriam detalhar os desdobramentos do caso e saber como o ministro Lewandowski estava acompanhando o assunto, e foram informados, ainda que sem detalhes, de um grande avanço nas investigações sobre os mandantes.

Na mesma semana, após o ministro do STF, Alexandre de Moraes, homologar a delação feita pelo assassino confesso de Marielle e Anderson e sob o entendimento de um possível foro privilegiado do suspeito mandante do crime, deputados bolsonaristas, na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial - CDHMIR - da Câmara, atacaram a memória e honra de Marielle, causando grande tumulto na primeira reunião do ano da comissão. Foi preciso a deputada Talíria Petrone (RJ) reagir com pulso às tentativas de difamação de Marielle Franco por parte desses deputados de extrema direita e a sessão precisou ser encerrada após um show de violência e ódio.

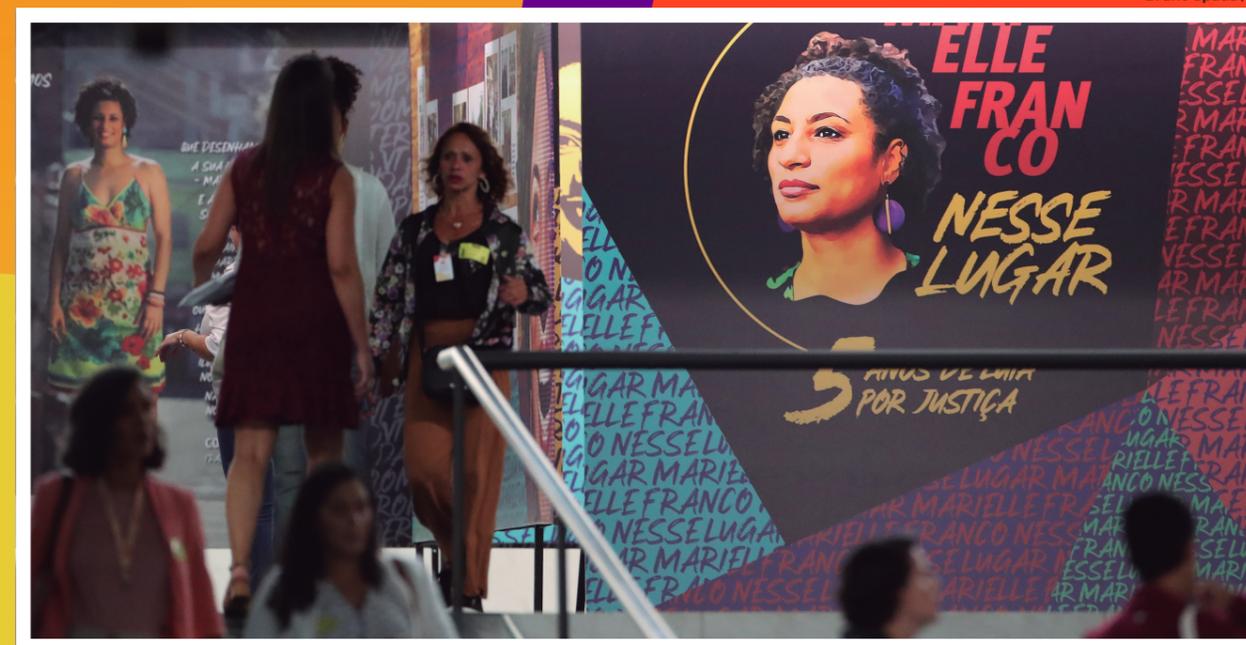
No dia 24 de março de 2024, o Brasil acordou com a notícia da prisão dos suspeitos de mandar assassinar Marielle Franco. A operação Murder, Inc. foi deflagrada pela Polícia Federal, Procuradoria-Geral da República e Ministério Público do Rio de Janeiro. Dentre os presos, o deputado federal Chiquinho Brazão (União Brasil), confirmando o foro privilegiado, e seu irmão, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Domingos Brazão.

A bancada do PSOL pediu imediatamente a cassação do deputado Chiquinho Brazão, entrando com representação no Conselho de Ética no dia seguinte à prisão e pedindo celeridade para evitar que ele seguisse se utilizando do cargo para obstruir a Justiça. Em abril, a CCJ aprovou, por 39 votos a 25, o parecer que recomendou a manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão - sim, deputados bolsonaristas defenderam que Brazão respondesse o processo em liberdade e no exercício do seu mandato. Mas saímos vitoriosos e o plenário da Casa referendou, ainda que com bastante disputa, a decisão por 277 votos, após a bancada do



PSOL, sob liderança da deputada Erika Hilton, articular grande campanha junto aos parlamentares da Casa. Eram necessários pelo menos 257 votos para manter a prisão, a chamada maioria absoluta.

Em maio de 2024, após a PGR apresentar a denúncia contra os irmãos Brazão, os deputados da bancada do PSOL se reuniram com o ministro Alexandre de Moraes, para pedir celeridade na condução do processo. No mês seguinte, o ministro liberou o caso e marcou o início dos trabalhos do julgamento dos mandantes. As audiências foram iniciadas em agosto, com o interrogatório e oitivas das testemunhas de acusação e de defesa. O processo hoje está em fase de alegações finais e se prepara para o julgamento dos acusados de serem os mandantes. Com esse processo correndo em Brasília, no Rio de Janeiro, finalmente, foram julgados e condenados os executores confessos do crime, Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz, em outubro de 2024.



Em março de 2023, para marcar meia década do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, a Liderança da Bancada do PSOL na Câmara, juntamente com a Fundação Lauro Campos & Marielle Franco, inaugurou a exposição itinerante "Marielle Franco - Nesse Lugar", organizada pela jornalista Fernanda Chaves e pela cientista política Priscilla Brito, ambas ex-assessoras da vereadora. A exposição permaneceu por 15 dias no Anexo II da Câmara dos Deputados e depois seguiu para a UnB



Já o Conselho de Ética da Câmara - Coética, embora acionado em março pela bancada, arrastou o processo de cassação de Chiquinho Brazão até agosto de 2024, cinco meses após a prisão do acusado. O relatório do processo decidiu pela cassação, mas até hoje, fevereiro 2025, não foi pautado. Para que a cassação se efetue é preciso que o plenário da Câmara aprove, por maioria absoluta, o relatório do Coética - o que só deve acontecer na próxima gestão da Casa. Enquanto isso, a bancada do PSOL denuncia que toda a estrutura do mandato do deputado Chiquinho Brazão segue mantida: assessores assalariados, benefícios, apartamento funcional - o que já soma mais de R\$1 milhão ao longo desses mais de 10 meses.

CPMI DO 8 DE JANEIRO FERIDA ABERTA

Há dias que nunca serão esquecidos. Há processos que são essenciais para a construção da história. Assim foram os ataques ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023, e a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito a respeito da tentativa de golpe de estado perpetrada naquela data.

Os processos judiciais têm um rito mais solene e menos acessível. Já as CPMIs têm uma abordagem pública, todos os depoimentos são televisionados e seus atos são publicizados, excetuando-se apenas o sigilo dado a certos documentos pessoais.

Assim, a CPMI do 8 de janeiro foi capaz de: (i) expor à população a cadeia de comando da tentativa de golpe; (ii) a negligência de lideranças da Polícia Militar do DF; (iii) a ligação dos atos perpetrados naquela data com o atentado à bomba ocorrido em dezembro de 2022 próximo ao aeroporto de Brasília; (iv) o quanto o gabinete do ódio operado por assessores da presidência no governo Bolsonaro teve influência na radicalização das pessoas e na vinda à Brasília com intuito golpista; (v) o quanto tudo isso fazia parte de um planejamento operado desde o segundo turno das eleições para tentar perpetuar o poder nas mãos do ex-presidente.

Ou seja, pôde-se demonstrar que o 8 de janeiro não foi ato isolado, mas sim o ponto culminante, até então, de uma estratégia ampla de tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, com impedimento ou restrição ao exercício dos poderes constitucionais.

Roque de Sá / Ag. Senado



O deputado Pastor Henrique Vieira e a deputada Erika Hilton eram os representantes do PSOL na CPMI e a atuação de ambos foi essencial para restaurar a verdade. Eles apresentaram representação criminal contra Silvinei Vasques, diretor geral da Polícia Rodoviária Federal no governo Bolsonaro, na qual provavam a inexistência de razões materiais e jurídicas para justificar o maior número de fiscalizações no Nordeste no segundo turno das eleições. Silvinei foi preso no âmbito de investigação judicial cerca de dois meses depois.

Os questionamentos do deputado Pastor Henrique ao hacker Walter Delgatti viralizaram por tê-lo levado a colocar Bolsonaro na “cena do crime”, como um agente oculto essencial para a radicalização das pessoas e como motor para o agir golpista dos envolvidos.

Propor anistia aos envolvidos é ignorar o real risco sofrido por nossa ainda frágil democracia. Nenhum parlamentar, representante do povo e eleito pelo método democrático, pode legitimar uma ação com pretensão de desfazer a vontade popular manifestada pelo sufrágio, nem tampouco legitimar a destruição física e simbólica de nossas instituições. O PSOL foi firme nas investigações da CPMI e permaneceu na luta contra a anistia dos envolvidos proposta por bolsonaristas na Câmara dos Deputados.

CPI DO MST TENTA CRIMINALIZAR O MOVIMENTO SOCIAL

A CPI do MST foi uma tentativa dos bolsonaristas de desviar o foco dos crimes de Bolsonaro, buscando criminalizar justamente aqueles que plantam e produzem comida saudável e de qualidade para milhares de brasileiros e lutam pelo direito à terra e pela reforma agrária. Desde sua instalação, as deputadas Sâmia Bomfim, Talíria Petrone e Professora Luciene Cavalcante (SP) foram firmes em afirmar que o que deveria ser investigado era o garimpo ilegal, a grilagem, a invasão de terras indígenas e o trabalho análogo à escravidão promovidos por aqueles que atacam o importante trabalho realizado pelo MST e demais movimentos do campo.

A atuação da deputada Sâmia Bomfim foi marcada pelo questionamento da condução e do objeto da CPI. Além de questionar na reunião de instalação da comissão a relatoria do deputado Ricardo Salles, cunhou o termo “réulator”, expondo a lista de crimes pelos quais ele era acusado.

Além disso, a deputada Sâmia apresentou diversos requerimentos em relação ao “agrogolpismo”, expondo a relação de setores do agronegócio com a tentativa de golpe do 8 de janeiro, com destaque para Antônio Galvan, líder do Movimento Brasil Verde e Amarelo e presidente da Aprosoja, apontado pela Abin como um dos maiores financiadores do golpismo.



A deputada Talíria Petrone pediu a convocação do delegado Alexandre Saraiva. O delegado ficou famoso após acusar o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, de atuar em favor de madeireiros com cargas apreendidas, enquanto ocupava o cargo durante o governo Bolsonaro, e enviou notícia-crime ao STF.

A deputada Professora Luciene Cavalcante pediu a convocação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e do presidente da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), Guilherme Piai. A deputada Professora Luciene questionou a venda de terras públicas griladas com descontos de 90%, sendo que os terrenos são de responsabilidade do órgão.

As deputadas Sâmia, Talíria e Professora Luciene apresentaram pedido de abertura de inquérito contra o deputado Salles perante a Corregedoria Parlamentar da Câmara por ele ter defendido o golpe de 1964 durante reunião da CPI.

PALCO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

A CPI do MST também foi marcada pela violência de gênero frequente. Já na primeira rodada de depoimentos de testemunhas, o presidente da comissão, deputado Luciano Zucco (Republicanos-RS), e o relator Ricardo Salles (PL-SP) tentaram silenciar a deputada Sâmia, desligando seu microfone diversas vezes. Por este motivo, Zucco respondeu a um inquérito da Procuradoria-Geral da República - PGR por violência política de gênero. Outro bolsonarista, o deputado Abílio Brunini (PL-MT), chegou a intimidar fisicamente as deputadas Sâmia e Talíria em uma das reuniões. A prática de desligar os microfones das deputadas defensoras dos movimentos sociais foi recorrente até o final da comissão.

Um dos ápices do absurdo foi quando a deputada Sâmia foi atacada por insultos machistas e gordofóbicos por Zucco. Na ocasião, o deputado perguntou à parlamentar se ela queria um “remédio” ou um “hambúrguer” para se acalmar. Ele pediu para que a fala dela fosse retirada das notas taquigráficas. Os ataques continuaram nas redes sociais de Salles. Ambos foram alvo de representação no Conselho de Ética por parte do PSOL. Além disso, a deputada Sâmia também protocolou denúncias na PGR.

Esse episódio foi apenas mais um dos casos de abuso de autoridade e violência de gênero que parlamentares mulheres foram alvo na CPI do MST e corroborou para a desmoralização da CPI.

No fim, a CPI foi um fracasso da extrema direita, terminando sem votação do relatório final. A partir da iniciativa da deputada Sâmia, a bancada pró reforma agrária apresentou um relatório paralelo listando todas as irregularidades cometidas durante a condução da CPI.

Myke Sena / CD



Zeca Ribeiro / CD



CPI SOBRE A EMPRESA AMERICANAS S.A.

A CPI das Lojas Americanas contou com os atuantes deputados Tarcísio Motta (RJ) e Fernanda Melchionna (RS), que desde logo buscaram ampliar o objeto de investigação para denunciar que não existiram “erros e inconsistências contábeis”, mas fraude permanente e ordenada de gestão na contabilidade do grupo Americanas.

Foram apresentados 35 requerimentos, separados em 3 grupos: chamada para depoimentos dos investigados; requisição de documentos e oitiva de especialistas e técnicos, uma atuação propositiva para comprovar as fraudes.

Os deputados Tarcísio e Fernanda apresentaram voto em separado ao parecer do relator com o objetivo de garantir: a) a inserção dos 3 acionistas que comandam o grupo Americanas S/A, Carlos Alberto da Veiga Sicupira, Jorge Paulo Lemann e Marcel Herrmann Telles como responsáveis pelas fraudes; b) propostas legislativas com a finalidade de criar previsão legal para que os acionistas de referência e controladores respondam com seu patrimônio pessoal diante dos direitos sociais e dos direitos trabalhistas, solidariamente, e proteção aos pequenos fornecedores, sejam pessoas físicas ou micro e pequenas empresas, subsidiariamente, bem como alterações legislativas de regulação e controle contra fraude e abuso de poder no mercado de capitais; e c) a efetiva capacidade da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de combater as ilicitudes corporativas. Entre 5 sugestões oferecidas, cite-se: a proposta de destinar parte dos recursos da taxa de fiscalização para a formação de um fundo de investimentos exclusivos na autarquia (educação, treinamento, tecnologia etc.) e nomeação de pelo menos 1 servidor de

Vinicius Loures / CD



Zeca Ribeiro / CD



carreira para diretoria da CVM.

Durante a realização dos trabalhos da CPI, a marca significativa dos parlamentares do PSOL foi comprometida com a justiça social. Por um lado, trabalharam para responsabilizar os acionistas, diretores/controladores da empresa e, pelo outro lado, denunciar e exigir a responsabilização dos bancos (Banco Itaú, Unibanco, Banco Santander e Banco ABC Brasil) e das empresas de auditoria externa (PWC e KPMG), porque todos eles contribuíram diretamente para a fraude ao pactuarem com os acionistas das Americanas, seja criando informações ou documentos falsos e/ou foram omissos de modo a possibilitarem que o balanço e resultados do grupo Americanas fosse manipulado e falsificado.

IMPACTOS DO ARCABOUÇO FISCAL



Seminário da Federação PSOL/Rede sobre arcabouço fiscal, em fevereiro/2023

A Federação PSOL/Rede votou integralmente contra o novo arcabouço fiscal aprovado na Câmara dos Deputados. A principal preocupação do partido é que a nova regra fiscal limita a capacidade de ação do governo Lula e compromete o crescimento nos próximos anos com medidas restritivas auto impostas. Essa decisão reflete a posição do PSOL em defender uma política econômica justa e equitativa.

Os parlamentares do PSOL destacaram que o projeto não atendia aos interesses dos brasileiros e brasileiras. Eles ressaltaram que o projeto comprometia serviços públicos, além de aprofundar desigualdades sociais. As críticas incluíam limitação da capacidade de ação do governo, comprometimento do crescimento econômico e incompatibilidade com pisos constitucionais da Saúde e Educação.

Para mitigar esses impactos, o PSOL apresentou emendas propondo a exclusão das despesas com saú-

de e educação dos limites fiscais e a supressão de dispositivos punitivos. Essas propostas visavam proteger direitos sociais e garantir desenvolvimento sustentável.

À época, o deputado Tarcísio Motta denunciou a semelhança do arcabouço fiscal com o que ocorreu com o teto de gastos de Temer e Bolsonaro. Serviram como âncora para os mais pobres e como oportunidade para mais e mais ganhos dos mais ricos. Para o deputado Tarcísio, os mais de 60 milhões que votaram em Lula esperam que o governo quebre a barreira da desigualdade. Não há dúvidas, o novo “calabouço” fiscal aprisiona a reconstrução do país.

A preocupação da bancada se mostrou correta. Como consequência do novo arcabouço fiscal, no final de 2024, foi enviado um pacote com previsão de cortes em políticas sociais e com alteração da política de valorização do salário mínimo, uma das marcas dos governos anteriores de Lula. O PSOL novamente votou contrário.

REFORMA TRIBUTÁRIA: UM COMEÇO PARA A JUSTIÇA FISCAL

Ao longo de 2024, a Câmara dos Deputados debateu a reforma tributária. Foram quase 50 reuniões e audiências públicas do Grupo de Trabalho do Sistema Tributário Nacional para elaboração de um texto que atualizasse a forma de tributação e, principalmente, começasse a fazer justiça fiscal e social.

O deputado Ivan Valente (SP) fez parte do GT de elaboração desta reforma e teve participação decisiva na construção da proposta. Os projetos que integram essa parte da reforma tributária foram votados no final do ano no plenário da Câmara.

Por atuação do deputado Ivan Valente no GT, em um dos projetos foi incluído o mínimo de 8% no ITCMD – imposto sobre transmissão de herança. Cada estado irá regulamentar o que será definido como herança passível de taxação. O deputado Ivan defende que não sejam taxados imóveis únicos com finalidade moradia, nem carros populares de uso pessoal, além de um valor mínimo em caso de herança em dinheiro.

O projeto aprovado para regulamentação da reforma tributária determina a instituição do IVA – imposto sobre valor agregado para substituição de cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins). Assim, foram criados o IBS e CBS, imposto e contribuição sobre bens e serviços, e o Imposto Seletivo, o chamado imposto do pecado, que vai incidir sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como cigarros, bebidas al-



Vinicius Loures / CD



coólicas, bebidas açucaradas, bens minerais, jogos de azar e carros em geral.

Por projeto, também foi criado o Comitê Gestor e de Distribuição da Receita do IBS - Imposto sobre Bens e Serviços, que vai gerenciar as regras e arrecadar o novo tributo. Na avaliação do deputado Ivan Valente, com a simplificação a gestão dos tributos terá maior transparência e eficiência.

No entanto, o conservadorismo do Congresso impediu o avanço em alguns pontos que tornariam a reforma tributária mais justa, social e comprometida com o meio ambiente e a saúde. Três itens ficaram de fora da taxação do imposto do pecado: agrotóxicos, armas de fogo e alimentos ultraprocessados. O lobby desses grupos e o bolsonarismo limitaram a amplitude dessa reforma.

Outro ponto que não foi incluído na reforma tributária é o Imposto sobre Grandes Fortunas. A proposta do PSOL previa cobrança de imposto maior para fortunas acima de R\$10 milhões, com alíquotas progressivas de 0,5% a 1,5%. Essa taxação renderia R\$70 bilhões ao ano para o país. Mais uma vez, o corporativismo da elite econômica impediu a taxação sobre grandes fortunas, que está prevista na Constituição.

Em 2025, deve ser analisada a reforma tributária na renda, talvez ainda mais importante para fazer com que os mais ricos paguem mais impostos. Será vital a participação do PSOL. A proposta, além da taxação sobre grandes fortunas, é defender a isenção de impostos para quem ganha até R\$5 mil, com a devida compensação de maior tributação sobre salários acima de R\$50 mil mensais.

O PSOL vai continuar sempre ao lado do povo e exige justiça fiscal, tributária e social, com instituição de impostos progressivos e o estabelecimento de tributos que taxem pesadamente o rentismo, as grandes heranças e as grandes fortunas, em busca de reduzir drasticamente a desigualdade social.

PRIORIZAR O COMBATE À FOME E À DESIGUALDADE SOCIAL COMO TAREFA HISTÓRICA

No Brasil, a última década mostrou que a fome e a desigualdade são decisões políticas. Não que se ignore a trajetória violenta de uma nação forjada num processo colonial e “modernizada” numa dinâmica de capitalismo dependente, racializado e patriarcal, em que setores dominantes sempre abriram mão da democracia para manter seus privilégios. Mas depois de um ciclo de ações com o objetivo de reduzir a fome e a pobreza, o período de desmonte das políticas públicas surgido e as contra reformas promovidas pelos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro rebaixaram as condições de vida e corroeram as relações de trabalho com a retirada de direitos em níveis sem precedentes.

A gestão bolsonarista da pandemia, neoliberal e negacionista, levou o país a uma crise que provocou a morte de mais de 700 mil pessoas pela covid-19 e a fome a 33 milhões de brasileiras e brasileiros, com imagens deploráveis de pessoas na fila do osso para se alimentar.

A unidade em torno de Lula e de um programa de avanço em políticas sociais venceu as eleições do Executivo nacional, mas não expressou a construção de uma maioria no Congresso. O início do Governo, com a PEC da Transição, permitiu a ampliação dos investimentos públicos, mas foi sucedido de vários embates que travaram a pauta do Executivo até na construção da reforma administrativa ministerial do início da gestão.

Em meio a tantas tensões, cabe destacar o papel que o PSOL exerceu na proposição de políticas importantes, envolvendo temas como moradia, trabalho, justiça climática, o combate à fome e às desigualdades.



Divulgação Cozinha Solidária



Na pauta da segurança alimentar, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, contou com o deputado Guilherme Boulos como relator da medida provisória, que incorporou as Cozinhas Solidárias na Lei. Esta pauta também foi defendida pelo deputado Pastor Henrique Vieira, que está construindo um pacto inter-religioso de combate à fome.

A desigualdade nas cidades e os impactos gerados pelas mudanças climáticas foram combatidos pelo governo com a retomada do Programa Minha Casa, Minha Vida e a criação do Programa de Democratização dos Imóveis da União, que aprofundam o debate da reforma urbana. Teve destaque também o trabalho da Secretaria Nacional das Periferias, do Ministério das Cidades, que recolocou o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC para investimentos em obras de infraestrutura nas favelas brasileiras, prevenindo riscos e tragédias.

Houve avanço também de propostas legislativas como a da deputada Erika Hilton no PL 380/2023, que altera o Estatuto da Cidade para criar diretrizes que fomentem cidades resilientes às mudanças climáticas.

São também da deputada Erika Hilton duas propostas expressivas no campo do direito ao trabalho. A primeira, da Política de Trabalho Digno e Cidadania para Pessoas em Situação de Rua, se converteu na Lei nº 14.821, de 16 de janeiro de 2024. A outra, a pauta que tem mobilizado a sociedade brasileira, constringendo a extrema direita e desnudando a precarização do trabalho no capitalismo: a PEC pelo Fim da Escala 6x1.

Tais construções podem se limitar ou expandir em função da disputa na sociedade brasileira em relação à questão fiscal orçamentária, que tem sido um cabo de guerra entre setores do mercado contra os que defendem políticas públicas para a reparação histórica com o povo trabalhador e a possibilidade de construção de um projeto de país, capitaneando globalmente um momento de abundância e justiça social, como no caso da constituição de uma Aliança Global contra a Fome e às Desigualdades e pela Taxação das Grandes Fortunas, proposta no G20, realizado em 2024 no Rio de Janeiro.

FIM DA ESCALA 6X1: POR UMA VIDA ALÉM DO TRABALHO

A PEC pelo Fim da Escala 6x1 agitou as ruas, as redes e colocou a esquerda no lugar que deveria sempre estar: ao lado do trabalhador, propondo medidas que melhorem diretamente seu cotidiano e rompam bolhas em torno de uma pauta comum. De iniciativa da líder Erika Hilton, e apoiada por toda a bancada do PSOL, a PEC atende a petição assinada por quase 3 milhões de pessoas e liderada pelo vereador Rick Azevedo (PSOL/RJ) e o Movimento Vida Além do Trabalho (VAT).

Atualmente, a Constituição estabelece que a jornada de trabalho deve ser de até 8 horas diárias e até 44 horas semanais, o que na prática viabiliza escalas de trabalho desumanas como aquela em que se trabalha seis dias por semana, com apenas um dia de descanso semanal - a escala 6x1. A PEC propõe substituir esse modelo por uma jornada de quatro dias de trabalho por semana, totalizando 36 horas semanais, sem redução salarial.

A reação nas redes e nas ruas mostra a importância do tema. Há no país um sentimento generalizado de que se trabalha muito, se recebe pouco e resta pouco tempo para o descanso, o lazer, a família e os amigos, o estudo, o cuidado com a saúde e outras tantas dimensões que compõem a vida do ser humano para além do trabalho. A consequência prática é a reprodução de uma sociedade adoentada, com jornadas de trabalho extenuantes resultando em níveis



alarmantes de problemas de saúde mental como depressão, ansiedade e síndrome de burnout.

Diante do fracasso das soluções neoliberais empreendidas nos últimos anos para a questão do emprego, o debate suscitado pela PEC aponta para uma outra lógica de sociedade possível, em que a vida e o bem estar das pessoas venham em primeiro lugar. Um mercado de trabalho que comporte jornadas desumanas como a 6x1 reflete uma cultura de superexploração do trabalho em detrimento do bem estar social. A PEC exige o fim da escala 6x1 porque outro modelo de desenvolvimento econômico é possível, que sirva à população e reconcilie crescimento econômico com transformação social. A adoção de uma jornada de trabalho de quatro dias semanais trará impactos transformadores não apenas para os trabalhadores, mas para a dinâmica econômica como um todo, uma vez que trabalhadores descansados e com mais tempo livre serão não apenas mais produtivos, mas poderão fomentar a demanda de outros setores e promover ciclos de crescimento virtuosos.

A PEC não é, portanto, apenas uma proposta legislativa, mas o reflexo de um clamor popular por um modelo de vida que priorize as pessoas e o valor social do tempo, e não apenas o lucro. Pelo Fim da Escala 6X1 e por Mais Vida Além do Trabalho!



ERUNDINA 90 ANOS - UMA MULHER QUE NÃO FOGE À LUTA!

Nascida no sertão da Paraíba, a sétima filha entre 10 irmãos, a deputada Luiza Erundina passou a infância migrando com sua família nos tempos de seca. Esta realidade comum a milhares de brasileiros foi basilar na construção de seu senso de justiça. Desde jovem, na certeza que as injustiças nasciam da desigualdade social, Erundina assumiu para si que agiria para incidir, de alguma forma, nesse cenário.

Filha de um artesão de selas de couro, a pequena Luiza trabalhava vendendo bolos feitos pela mãe. Para não parar de estudar, a jovem fez duas vezes a 5ª série, já que a cidade onde moravam não tinha curso ginásial, que só foi concluído em 1948, quando foi morar em outra cidade com uma tia.

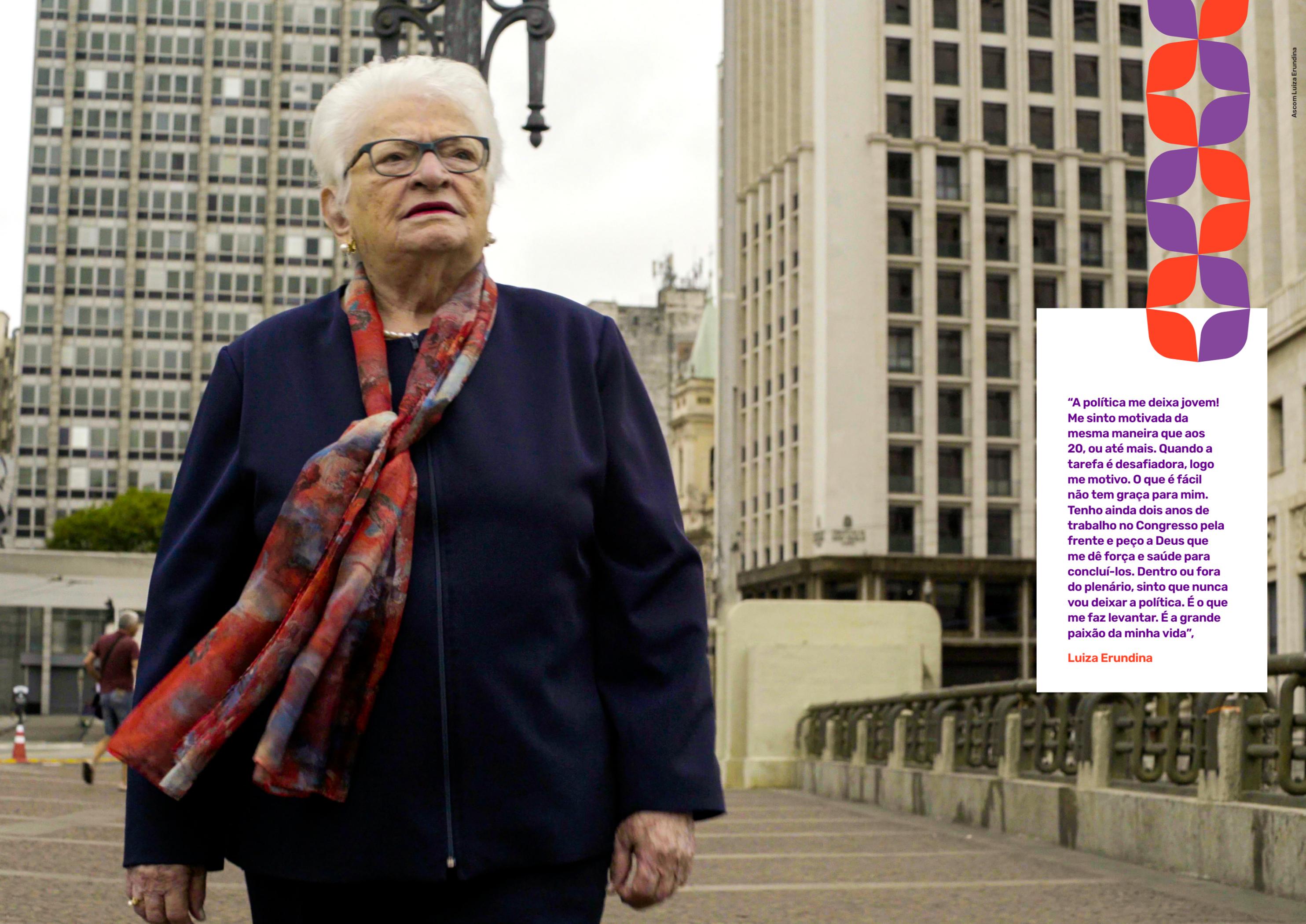
Para não repetir o padrão vigente naquela sociedade, em que a mulher se casava muito jovem e logo se via cercada de filhos, Luiza Erundina enveredou por outro caminho.

Leitora assídua e envolvida em movimentos de cultura e na militância católica, aos 24 anos de idade tornou-se diretora de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Campina Grande. E, em 1964, foi nomeada secretária de Educação e Cultura da cidade. Luiza formou-se em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba, em 1967. Participou das ligas camponesas do



Partido Comunista, fazendo oposição ao regime militar. Perseguida pela ditadura, Erundina mudou-se para São Paulo em 1971 e logo passou no concurso para assistente social da prefeitura, quando foi trabalhar com os nordestinos migrantes nas favelas e periferias da cidade.

Luiza Erundina passou a colaborar com movimentos que reivindicavam moradia e ocupavam terrenos públicos abandonados, muitas das vezes em associação com as Comunidades Eclesiais de Base. Foi convidada pelo então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva a fundar o Partido dos Trabalhadores, pelo qual se elegeu pela primeira vez como vereadora, em 1982, e deputada estadual constituinte, em 1986.



“A política me deixa jovem! Me sinto motivada da mesma maneira que aos 20, ou até mais. Quando a tarefa é desafiadora, logo me motivo. O que é fácil não tem graça para mim. Tenho ainda dois anos de trabalho no Congresso pela frente e peço a Deus que me dê força e saúde para concluí-los. Dentro ou fora do plenário, sinto que nunca vou deixar a política. É o que me faz levantar. É a grande paixão da minha vida”,

Luiza Erundina

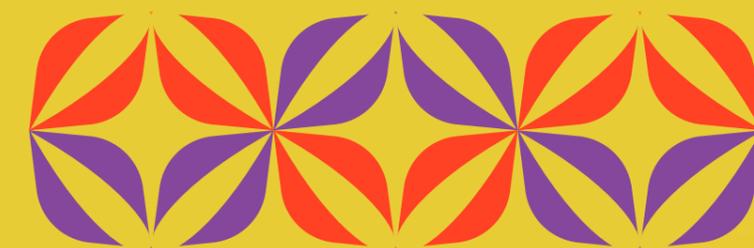
Em 1988, Luiza Erundina de Souza, nascida no sertão pobre de Uiraúna, entrou para a história ao se tornar a primeira mulher a assumir a prefeitura de São Paulo, a principal cidade da América Latina! Compôs seu secretariado com nomes históricos, como Paulo Freire para comandar a pasta da educação, Marilena Chauí, Hélio Bicudo, Ermínia Maricato e Paul Singer, entre tantos grandes nomes. Ficou no cargo entre 1989 e 1992.

Depois foi convidada pelo então presidente Itamar Franco, que tentava montar um governo de coalizão, e assumiu o Ministério da Secretaria da Administração Federal, que existiu até 1995. Em 1998, Erundina se elegeu para o primeiro mandato de deputada federal pelo PSB.

Desde então, venceu todas as eleições, e agora está no sétimo mandato como deputada federal. Saiu do PSB em 2016, depois que o partido anunciou apoio ao impeachment da presidenta Dilma. Logo se juntou ao PSOL, partido pelo qual foi eleita em 2018 e nas últimas eleições, em 2022. Isso sem falar que, em 2020, em meio à pandemia, no auge de seus 85 anos, concorreu como vice na chapa de Guilherme Boulos à prefeitura da capital paulista.

Seria preciso um grande livro para contar a história dessa mulher brasileira gigante, que – graças! – segue sendo escrita e deixando sua marca na política brasileira.

No Congresso, a deputada Luiza Erundina compõe a Bancada Feminina e coordenou, no último período, a retomada da Frente Parlamentar Popular pela Democratização da Comunicação – Frentecom. A deputada é membro de diferentes comissões, como a Comissão de Comunicação, onde enfrenta deputados da extrema direita com grande firmeza, a Comissão de Legislação Participativa, idealizada por ela, e a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial.



A deputada Erundina é autora de centenas de peças legislativas, dentre elas, a Proposta de Emenda Constitucional 25/2023, conhecida como PEC da Tarifa Zero, que determina a criação de um sistema único de mobilidade cujos objetivos são: universalidade, gratuidade no transporte coletivo urbano, descentralização, rede de transporte integrada e intermodal e participação social. A PEC será analisada por uma comissão especial a ser criada especificamente para esse fim. Depois, seguirá para o Plenário da Câmara dos Deputados. Lembrando que ela também é autora da proposta que originou a Emenda Constitucional 90, que incluiu o transporte entre os direitos sociais previstos na Constituição.

Em abril de 2024, seu mandato organizou a marcante exposição “Memória, Verdade e Justiça”, para lembrar os 60 anos da ditadura, na Câmara dos Deputados.

A deputada segue exigindo o cumprimento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade, cujo relatório completou 10 anos em dezembro/2024, quando Erundina recorreu à Procuradoria Geral da República – PGR solicitando a responsabilização criminal dos agentes públicos autores das políticas de repressão e das condutas que materializaram as graves violações de direitos humanos na ditadura.

A deputada Luiza Erundina é a mais velha parlamentar em atividade na Câmara dos Deputados e segue sendo a única parlamentar premiada em todas as edições do Prêmio Congresso em Foco. Foi eleita pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) uma das 100 “cabeças” do Congresso Nacional em 2023.

ELAS FICAM!

O ano de 2023 foi marcado por um processo de perseguição política promovido por expoentes do bolsonarismo e dos ruralistas na Câmara dos Deputados com pedidos de cassação contra as deputadas Célia Xakriabá, Sâmia Bomfim, Talíria Petrone e Fernanda Melchionna, do PSOL, e Juliana Cardoso e Erika Kokay, do PT, por suas manifestações contrárias à votação da urgência do Marco Temporal.

As representações contra elas tramitaram em tempo recorde no Conselho de Ética da Câmara, com espaço de menos de um dia entre a apresentação das denúncias individualizadas e os sorteios dos relatores, em 31 de maio.

Vários deputados homens também se manifestaram em plenário, na ocasião dos discursos das deputadas que geraram os pedidos de cassação e, no entanto, não foram questionados. Isto demonstra a misoginia e o uso do Conselho de Ética como instrumento de vingança da direita contra deputadas combativas e causou a indignação de parlamentares e da sociedade civil.

Além das primeiras representações, foram apresentadas outras, em razão da atuação firme das deputadas em defesa dos movimentos sociais e no combate à extrema direita em embates nas comissões e na CPI do MST.

Como resposta a essa tentativa de intimidação, foi criada a campanha nacional Elas Ficam, que organizou atos em parceria com o MST em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília, e reuniu milhares de pessoas e inúmeros abaixo-assinados.

As deputadas divulgaram um manifesto em que afirmam saber que o pano de fundo dos pedidos de

cassação é a perseguição política escancarada de mulheres combativas, que expõem aquilo que é necessário denunciar, como o genocídio dos povos indígenas e os ataques à democracia.

A campanha teve êxito em mobilizar a opinião pública e, durante 2023 e 2024, todas as representações foram arquivadas. A tentativa de intimidação por parte da extrema direita não prosperou!

Ascom Sâmia Bomfim



GLAUBER FICA!



A atuação combativa do deputado Glauber Braga foi alvo de duas representações no Conselho de Ética.

A primeira representação foi motivada por Glauber ter reagido à violência promovida pelo deputado de extrema direita Abilio Brunini (PL), que tumultuou um ato em apoio à Palestina para impedir que ele acontecesse. O processo foi arquivado em 2024.

Já o segundo processo foi protocolado pelo Partido Novo, num episódio em que o deputado Glauber foi agredido repetida e covardemente por um militante do MBL que caluniou sua mãe, Saudade. Ao final, o deputado Glauber reagiu e o colocou para fora das dependências da Câmara. Na avaliação do mandato, a verdade é que se trata de uma articulação de Arthur Lira para intimidar a atuação do parlamentar.

Infelizmente, o processo teve a admissibilidade aprovada e as testemunhas foram ouvidas ao longo de 2024. E ficou evidente o método de perseguição, stalking e

constrangimento permanente por parte do MBL aos seus opositores. Em resposta à representação, foram organizados atos da campanha Glauber Fica no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, além de um abaixo-assinado.

Ao mesmo tempo em que esses processos tiveram andamento, as denúncias apresentadas logo no início da legislatura contra parlamentares acusados de envolvimento nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro permanecem paradas na Mesa Diretora, sequer sendo distribuídas ao Conselho de Ética. Casos de violência contra a mulher por parte de deputados também são tratados com negligência pelo conselho. Vale lembrar que a votação sobre a cassação do deputado Chiquinho Brazão, acusado de ser o mandante dos assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes, está há meses parada, esperando votação no Plenário da Câmara. Há um precedente perigosíssimo em jogo que coloca não só os mandatos do PSOL em risco, mas as próprias liberdades democráticas.

MINIRREFORMA ELEITORAL

A Federação PSOL Rede se posicionou contrariamente às propostas legislativas PEC 9/2023, a PEC da Anistia e PL 4438/2023, com a Minirreforma Eleitoral, demonstrando compromisso com a igualdade de oportunidades e representatividade política.

A PEC 9/2023 visa anistiar partidos políticos que descumpriram cotas de gênero e raciais nas eleições de 2022 e anteriores. O perdão poderia alcançar até R\$ 23 bilhões em recursos públicos que ainda não tinham sido analisados pela Justiça Eleitoral. O PSOL considera essa medida inaceitável, pois premia a desobediência, compromete a representatividade de mulheres e pessoas negras e enfraquece a legislação eleitoral. O deputado Chico Alencar considera a medida um desastre para a credibilidade dos partidos políticos e, diante de uma aprovação quase que unânime da casa, denunciou os milhões de reais em multa que estavam sendo anistiados, além do caráter corporativista da proposta para dificultar o cumprimento das cotas de negros e de mulheres.

Já a Minirreforma Eleitoral, PL 4438/2023, altera regras eleitorais, beneficia grandes partidos e limita a participação de novos atores políticos.

O texto, elaborado por um grupo de trabalho escalado pelo então presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), atenua punições a partidos e políticos que cometem irregularidades e abre brecha para que as legendas burlem a cota mínima de 30% de candidaturas femininas nas disputas legislativas novamente.

Fomos contrários à emenda apresentada em plenário, que proibiu candidaturas coletivas. A deputada



Fernanda Melchionna lamentou a votação ao afirmar que há cerca de 20 mandatos coletivos atualmente em todas as esferas legislativas e lutam por demandas populares e sociais.

Para o PSOL, essas propostas comprometem a seriedade da legislação eleitoral e reforçam o poder dos grandes partidos. Defendemos uma reforma eleitoral mais ampla, que promova democracia participativa, igualdade de oportunidades e representatividade de grupos sub-representados no sistema político.

MENINA NÃO É MÃE! LUTA CONTRA O PL 1904/24 E PEC 164/2012

Em 2024, o levante feminista foi uma das principais ações mobilizadoras do país. E a bancada do PSOL, inquestionavelmente, foi protagonista desse feito.

Em abril deste ano, o Conselho Federal de Medicina - CFM editou a Resolução 2.378/2024, que proibiu a utilização de uma técnica clínica, a assistolia fetal, para a interrupção de gestações acima de 22 semanas decorrentes de estupro. Diante de tamanho retrocesso ao aborto legal, o PSOL questionou o Supremo Tribunal Federal - STF por meio da ADPF 1141. Com base nesta ação, o STF decidiu suspender a Resolução.

Na Câmara, a líder Erika Hilton apresentou o PDL 111/2024, para sustar a norma do CFM, que, além de ser ilegal, extrapola a competência dessa autarquia.

Por outro lado, a reação fundamentalista apresentou moções de aplauso ao Conselho e diversos projetos de lei para impor ainda mais barreiras ao aborto legal e perseguição criminal contra profissionais de saúde. O mais notório deles foi o PL 1904/2024.

Em junho, numa votação "relâmpago", a extrema direita conseguiu aprovar urgência para essa matéria em Plenário. Mas a ação de denúncia das mulheres do PSOL ecoou para fora da Câmara e, rapidamente, ganhou a opinião pública.

As deputadas Fernanda Melchionna e Sâmia Bomfim apresentaram à Mesa Diretora Requerimento de Devolução (Arquivamento) desse projeto de lei, por evidente inconstitucionalidade. As deputadas também apresentaram recurso contra decisão de Arthur Lira, por não observar procedimento regimental relacionado à votação simbólica da urgência.

Na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, Comissão da Mulher e Comissão de Legislação Participativa, o conjunto da bancada do PSOL buscou aprovar requerimentos com o mesmo objetivo de arquivar o PL 1904/2024, que ajudaram a manter o assunto como pauta relevante na sociedade.

Com o mote "Criança não é mãe! Estuprador não é pai", a campanha permanente dos movimentos de mulheres, que há anos resistem ao Estatuto do Nascituro, chegou muito mais forte ao Parlamento, constrangeu parlamentares dos mais diversos partidos e inviabilizou o prosseguimento da tramitação do PL 1904/2024.

No comando da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC, os fundamentalistas decidiram mudar a estratégia e desengavetar a PEC 164/2012, que visa definir o início da vida, na concepção ou fecundação e, com isso, estabelecer a proibição total do aborto no Brasil. Por duas semanas, a bancada do PSOL na CCJC atuou na obstrução da matéria, retardou sua aprovação e buscou, novamente, alertar a opinião pública sobre as ameaças em curso.

Em meados de novembro, a PEC foi aprovada. As deputadas Sâmia Bomfim, Talíria Petrone, Célia Xakriabá e o deputado Chico Alencar se sucederam na discussão, que terminou em meio a um levante de mulheres que ocupou a sala da Comissão, muitas delas vereadoras e deputadas estaduais do PSOL, sinalizando que nosso partido é linha de frente nesse enfrentamento.

O AMOR VENCEU: CASAMENTO IGUALITÁRIO

O direito ao casamento igualitário é a garantia de que casais do mesmo gênero terão o mesmo tratamento na lei civil que os casais de gênero diverso. Não há razões jurídicas capazes de justificar a proibição da lei em reconhecer a possibilidade de duas pessoas adultas se unirem afetivamente com o objetivo de constituir família apenas com base no gênero dessas pessoas. As liberdades individuais, para serem restringidas, necessitam de uma justificação jurídica válida. O Estado não pode limitar direitos com base em preconceitos, nem em valores religiosos. Por isto, a defesa do casamento igualitário tem sido uma bandeira do PSOL desde sua fundação.

Somos também o partido com maior número de projetos para a garantia de direitos dessa população[1], e aquele com quem os movimentos sociais podem contar quando seus direitos estão sob ataque. Temos 28 parlamentares LGBTIAPN+ nas três esferas da federação, e todos os demais parlamentares são aliados importantes da causa.

Em 2023, tivemos intensos debates na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família - CPASF sobre o Projeto de Lei 580/2007, de autoria do ex-deputado Clodovil Hernandes, que, apesar de ser abertamente gay, tinha uma postura conservadora sobre o tema e pensava as uniões homoafetivas como um contrato civil comum. Seu ponto de vista é anterior à decisão do Supremo Tribunal Federal,



Ascom Pastor Henrique Vieira

que em 2011 reconheceu não existir diferença entre as uniões familiares derivadas do gênero dos casais[2]. Junto a este projeto estavam todos os demais acerca do tema, inclusive o PL 5120/2013, do ex-deputado Jean Wyllys, à época do PSOL.

Todos os parlamentares do PSOL atuaram para evitar os retrocessos propostos pelo relator Pastor Eurico. O deputado Pastor Henrique Vieira, membro da CPASF, apresentou importante voto em separado e dividiu sua leitura com a deputada Erika Hilton. Por 12 votos a 5, foi aprovada a proposta do Pastor Eurico que proíbe o casamento civil das pessoas do mesmo gênero e o Estado de interferir na liturgia do casamento religioso, o que já não é possível por vedação constitucional (art. 19, II, CF).

Em 2024, o PL 580/2007 foi apreciado pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial - CDHMIR e aprovado com parecer da deputada Erika Hilton, que apresentou substitutivo para assegurar a todas as pessoas o direito de constituir família, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

[1] Gênero e Número [2] FIGUEIREDO, Ivanilda. A Conquista do direito ao casamento LGBTI+: da Assembleia Constituinte à Resolução do CNJ / The conquer of LGBTI+ marriage right: since Constituent Assembly until CNJ's Resolution. | Revista Direito e Práxis

ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA NO BRASIL E AÇÕES LEGISLATIVAS

O biênio 2023-2024 foi marcado por desastres ambientais que expuseram a vulnerabilidade do território brasileiro frente à emergência climática. Eventos como secas severas, incêndios, tempestades, enchentes e deslizamentos de terra tornaram-se mais frequentes e devastadores e impõem a necessidade de medidas preventivas e respostas eficazes.

No Rio Grande do Sul, enchentes históricas afetaram severamente quase todo o Estado, resultando em perdas humanas e materiais significativas. Esses episódios reforçaram a urgência de tornar os ambientes urbanos mais resilientes para lidar com crises climáticas. O Fórum Nacional da Reforma Urbana destaca o papel central das cidades na superação desses desafios, dado o impacto direto de eventos climáticos extremos em seus territórios.

Nesse contexto, o PSOL liderou iniciativas relevantes. A deputada Erika Hilton, líder da bancada do PSOL em 2024, apresentou o PL 380/ 2023, que altera o Estatuto das Cidades e determina que, em sua política urbana, toda cidade adote medidas integradas de adaptação e mitigação dos impactos das mudanças climáticas para a garantia de cidades resilientes, com prioridade para contextos de vulnerabilidade. O projeto foi aprovado no plenário da Câmara dos Deputados em novembro de 2024, foi aprovado no Senado com alterações e retornou à Câmara para apreciação final.

Paralelamente, o PL 4129/21, de coautoria da deputada Talíria Petrone, foi sancionado em junho de 2024. Esse projeto estabelece parâmetros mínimos para pla-



nos de adaptação às mudanças do clima em nível local, municipal, estadual, regional e nacional. Municípios, Estados e União deverão alinhar estratégias de mitigação e adaptação aos compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris. Apesar de um número significativo de opositores à matéria, sua aprovação foi uma das respostas do Congresso à tragédia no Rio Grande do Sul.

Após quatro anos marcados pelo desmonte sistemático da legislação ambiental e pelo enfraquecimento dos órgãos responsáveis pela gestão ambiental no governo anterior, o ano de 2023 representou um marco de reconstrução. Apesar da nova composição do Congresso ser ainda mais refratária à agenda ambiental, o PSOL destacou-se em 2024 como um dos dois únicos partidos avaliados como 'ótimos' no índice de convergência ambiental, conforme o Farol Verde, iniciativa do Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS que analisa e mapeia a atuação dos parlamentares brasileiros em relação às pautas socioambientais.



Toda a bancada do PSOL integra a Frente Parlamentar Mista Ambientalista, com lideranças em postos chave. A deputada Talíria Petrone coordena o GT Clima da Frente Parlamentar Mista Ambientalista e o deputado Chico Alencar coordena o GT Educação Ambiental e Enfrentamento à Desinformação.

Os deputados Ivan Valente e Célia Xakriabá representam o PSOL em duas comissões permanentes diretamente relacionadas ao tema: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Na Comissão Especial sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais, o PSOL é representado pelos deputados Fernanda Melchionna, Professora Luciene Cavalcante e Tarcísio Motta. A deputada Fernanda integra também a Comissão Externa sobre os Danos Causados pelas Enchentes no Rio Grande do Sul.

ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul foi o Estado mais castigado entre 2023 e 2024 por tragédias climáticas em série. Em 2023, três graves eventos podem ser enumerados: em junho, um ciclone extratropical atingiu 69 cidades; menos de três meses depois, no início de setembro, o mesmo fenômeno causou enchentes e danos a 107 municípios; em novembro, os transtornos atingiram 194 cidades. Em abril de 2024 o Estado vivenciou o maior desastre da sua história, enchentes atingiram 478 municípios gaúchos, 96% do RS, e deixou um rastro de mortes, desabrigados e prejuízos que chegaram à casa dos bilhões de reais.

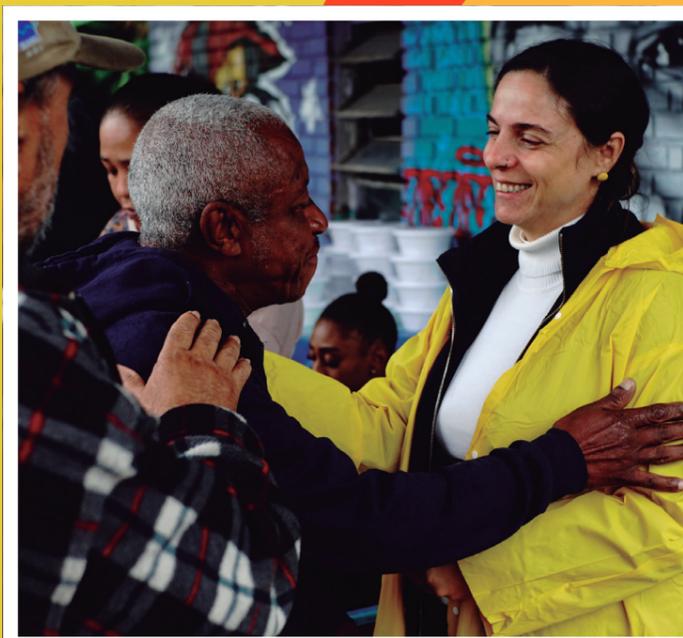
A deputada gaúcha da bancada do PSOL, Fernanda Melchionna, foi a única parlamentar do Rio Grande do Sul a destinar emenda para a Defesa Civil no valor de R\$1 milhão, antes da calamidade que assolou o Estado ano passado.

Após as enchentes de maio de 2024, a bancada do PSOL na Câmara destinou mais de R\$10 milhões para ajudar na reconstrução das cidades. O valor é referente à nova janela que se abriu para o remanejamento de emendas parlamentares somente para o Rio Grande do Sul. Grande parte dessas emendas foram destinadas para a Defesa Civil e para as áreas de saúde e assistência social.

Além disso, a deputada Fernanda Melchionna movimentou um pacote emergencial de enfrentamento ao estado de calamidade que consistiu em 12 medidas, entre elas ofícios, projetos de lei e até uma PEC. Destas iniciativas, destacamos: a PEC da Calamidade, visando



Ascom Fernanda Melchionna



mitigar os estragos causados pela catástrofe climática no Estado, ao permitir que a União adote um Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e de Contratações para atender às necessidades do RS no período de calamidade pública; o PL contra preços abusivos (PL1525/24) que estabelece punições para os comerciantes que praticarem preços abusivos em contextos de desastres naturais e vulnerabilidade dos consumidores; o PLP que institui o regime de recuperação Socioambiental do RS (PLP 80/2024), em substituição à política de austeridade do Regime de Recuperação Fiscal e prevê o cancelamento das dívidas do Estado com a União, condicionado à implementação de políticas socialmente e ambientalmente sustentáveis; ofício ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos solicitando o adiamento do Concurso Nacional Unificado, medida que foi adotada pelo ministério; e para enfrentar a desinformação, o STF e a PGR foram acionados contra deputados da extrema direita que utilizaram o plenário da Câmara para disseminar fake news sobre a tragédia no RS.

Ainda em 2023, a deputada Melchionna já havia apresentado propostas de enfrentamento a catástrofes, entre elas o PL 3202/2023, que propõe a isenção das tarifas de água e luz, por até 6 meses, para pessoas atingidas por desastres naturais.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O exemplo do Rio Grande do Sul ilustra mais uma vez os impactos crescentes da emergência ambiental, além disso escancara a fragilidade das nossas cidades para enfrentar essa crise. Este cenário reforça a necessidade de respostas ágeis e articuladas para promover a reconstrução e recuperação das comunidades impactadas e ressalta a relevância de políticas públicas que priorizem a adaptação e a resiliência urbana.

O biênio 2023-2024 deixou lições importantes para o Brasil. O PSOL mostrou-se uma força política relevante ao propor soluções concretas e pressionar por maior responsabilidade do Congresso, do Governo e do Judiciário em relação à agenda ambiental. Apesar de avanços pontuais, os desafios persistem e a nossa bancada aguerrida continuará lutando por políticas públicas que vão além de medidas mitigadoras pós-desastres, mas que garantam um planejamento integrado que crie ambientes urbanos mais resilientes, e permita a segurança e a sustentabilidade das comunidades afetadas, especialmente as populações e os territórios mais vulnerabilizados.

No biênio 2023-2024 o PSOL apresentou inúmeras iniciativas legislativas focadas no enfrentamento dos desafios climáticos. Entre elas destacamos:

- O PL 2933/2023, de autoria da Bancada da Federação PSOL/REDE, que tipifica o crime de ecocídio na Lei de Crimes Ambientais, intensificando consequências e responsabilizações em casos de grave devastação ambiental, o que contribui para o enfrentamento da crise climática.
- O PL 6041/2023, de autoria dos deputados Pastor Henrique Vieira e Guilherme Boulos, que estabelece a obrigatoriedade para as concessionárias de energia elétrica criarem planos de contingência

para lidar com as ondas de calor e outros eventos climáticos extremos.

- O PL 1594/2024, de autoria da deputada Erika Hilton, que cria a Política Nacional para Deslocados e Refugiados Climáticos. A proposta prevê a adoção de estratégias de apoio e reconstrução das condições de vida das pessoas afetadas, especialmente quanto à moradia, à educação e à empregabilidade. A proposta teve urgência aprovada e está pronto para apreciação do plenário. A deputada apresentou também o

PL 808/2024, que veda a interrupção dos serviços de energia dos usuários inadimplentes frente à ocorrência ou à iminência de eventos climáticos extremos.

- O PL 1450/2015, de autoria do deputado Glauber Braga, aprovado na CCJ em maio de 2024, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, para dispor sobre o Sistema Nacional de Informações e Monitoramento de Desastres. Como o projeto é conclusivo nas comissões, ele seguiu direto para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Sendo aprovado, ele vai para sanção presidencial.

A deputada Célia Xakriabá protocolou três projetos de lei cruciais para a proteção de povos indígenas e comunidades tradicionais, especialmente em situações de emergência (PL 4005/2024; PL 4006/2024 e PL 4007/2024). As propostas tratam da concessão de auxílio emergencial para territórios atingidos por queimadas, da criação de planos emergenciais estruturais no âmbito da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, e da isenção do pagamento de contas de energia elétrica e água para famílias indígenas e quilombolas afetadas por desastres ambientais. Além disso, em 2024, a Deputada

apresentou a PEC dos Direitos da Natureza, que define a Natureza como sujeito de direitos, o que implica um novo olhar sobre o valor da biodiversidade, não apenas como recurso econômico, mas como base para a vida.

- O deputado Tarcísio Motta apresentou, em maio de 2024, a PEC que cria o Sistema Único de Proteção Socioambiental e autoriza a União, Estados, Distrito Federal e Municípios a instituírem contribuição destinada ao custeio das políticas de defesa civil e proteção socioambiental. Ele também propôs o PL 2842/2024 que cria o Programa Nacional de Fomento às Escolas Resilientes, com o

objetivo de promover a resiliência ambiental e a adaptação às mudanças climáticas em unidades educacionais de todo o país.

- A deputada Sâmia Bomfim apresentou o PL 3646/2024 e o PLP 150/2024, com coautoria dos deputados Fernanda Melchionna e Glauber Braga. O primeiro propõe acabar com a concessão de incentivos fiscais para pessoas físicas ou jurídicas envolvidas direta ou indiretamente em crimes ambientais e o segundo institui a "regra de ouro verde" que exclui os gastos ambientais das limitações fiscais e os vincula a um planejamento orçamentário contínuo.

O QUE APRENDEMOS COM AS DISPUTAS ELEITORAIS EM SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO E NITERÓI?

As eleições de 2024 apontaram um conjunto de desafios na política nacional, mas também expressam tendências internacionais. Várias análises já foram realizadas sobre isso. Neste texto, buscamos destacar pontos que apontam a possibilidade de uma estratégia de reação a partir da experiência em três cidades, que também expressam tendências emblemáticas da disputa política: São Paulo, Rio de Janeiro e Niterói.

O Brasil das eleições de 2024 é um país 87% urbano, marcado por profundas desigualdades e transformações na forma de fazer política. Com parte expressiva dessa população urbana vivendo em periferias, pensar democracia é entender as disputas que se passam nesses territórios populares.

O fato de que nestas áreas, segundo censo do IBGE de 2022, temos 50.934 estabelecimentos religiosos no país, enquanto são 7.896 instituições de ensino e 2.792 estabelecimentos de saúde, mostra que a presença das políticas públicas fundamentais ainda é residual nas favelas, onde a presença mais sentida, além da palavra de Deus, é a das forças policiais. A inserção destes atores no tecido periférico não é um processo recente, casual e nem simples.

Como outros elementos conjunturais, que adensaram um pleito eleitoral regressivo, apontamos a captura do orçamento da União pela dinâmica das emendas parlamentares, a estratégia de enxurrada de fake news propagadas pelas redes sociais e a consolidação de um populismo de direita, expressa na ascensão da extrema direita, mas não restrita a ela.

Talíria, com o mote “Niterói meu país”, fez uma campanha popular e ativa, demarcando as diferenças com o ex-prefeito e candidato da situação Rodrigo Neves - e sem em nenhum momento fazer eco ao extremista Carlos Jordy, o candidato da direita na eleição.

Tarcísio Motta foi candidato com o pensamento de como seria bom se o Rio fosse do povo, das LGBTQIA+, das camelôs, da gente. Um projeto de esquerda para uma cidade que precisa ser cuidada.

Na maior capital do país, São Paulo, Guilherme Boulos chegou ao segundo turno fazendo uma campanha limpa e dialogando com todos os setores da sociedade. Uma campanha que defendeu uma cidade mais humana, acolhedora, inovadora. E com projetos para cada um de seus principais problemas.

As três cidades tiveram resultados que espelham a tendência nacional de reeleição de prefeitos no Brasil, reconduzindo, por exemplo, Ricardo Nunes à gestão de São Paulo e Eduardo Paes à Prefeitura do Rio de Janeiro, além do retorno de Rodrigo Neves e a manutenção do PDT em Niterói. Além disso, vale a pena frisar três pontos em relação a estes contextos específicos que nos ajudam a pensar o ciclo político que está por vir.

Como pontos estratégicos importantes, destacamos a possibilidade de construção de uma unidade política a partir de uma construção de esquerda. As coalizões construídas pelas campanhas de Guilherme Boulos (São Paulo), Talíria Petrone (Niterói) e Tarcísio Motta (Rio de Janeiro), em proporções diversas, apontaram para essa possibilidade, negando a necessidade de adesão ao centro para uma

Ascom Guilherme Boulos



Ascom Tarcísio Motta



Ascom Talíria Petrone

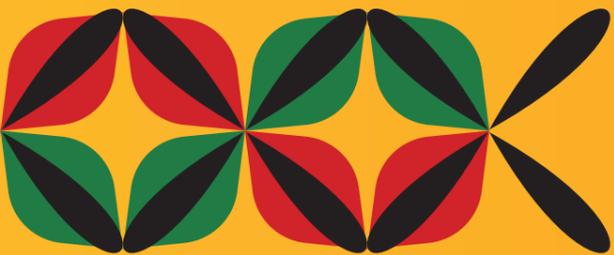


pretensa viabilidade eleitoral. Tais candidaturas refletem uma vinculação com as lutas sociais e o acúmulo de atuação legislativa consistente na Câmara Federal.

Outro ponto se refere à urgência de um enquadramento programático para as cidades que reflita as demandas das periferias, como uma perspectiva de diálogo com os sujeitos que estão sendo disputados pelo populismo de direita. Os programas e o embate construídos tiveram debates estratégicos como o combate à fome e às desigualdades, a participação popular e o fortalecimento da atuação dos movimentos sociais nos territórios, o enfrentamento à privatização dos serviços básicos, a defesa da democracia, a ampliação das políticas públicas e o enfrentamento à emergência climática. E, por fim, se queremos reverter esse cenário de múltiplas crises e construir um projeto alternativo, é necessário disputar valores e construir vínculos permanentes com as periferias, com uma estratégia de enraizamento que aponte para transformações reais.

[1] Censo do IBGE, 2022. [2] Pela primeira vez, os territórios populares nas cidades foram reconhecidos pelo IBGE como favelas e comunidades urbanas, fruto do trabalho conjunto da Secretaria Nacional de Periferias e IBGE. Antes, tais áreas eram tratadas como aglomerados subnormais. [3] EM 2024, o Brasil teve a taxa histórica de reeleição de 82% de prefeitos e prefeitas.





PALESTINA LIVRE!

Nos anos de 2023 e 2024, a Bancada de Deputados e Deputadas Federais do PSOL se posicionou de forma firme e contundente contra as ações de Israel em relação ao povo palestino. Desde outubro de 2023, a escalada da violência resultou em bombardeios indiscriminados que atingiram hospitais, escolas, residências, templos e centros de refugiados da ONU, resultando na morte de dezenas de milhares de palestinos, a maioria mulheres e crianças. As declarações dos líderes israelenses, que revelam intenções genocidas, acentuam ainda mais a gravidade da situação e o caráter sistemático das ações israelenses, que visam a destruição do povo palestino em Gaza.

As ações de Israel são evidentemente genocidas, já que têm como objetivo específico a eliminação do povo palestino enquanto grupo racial, nacional e étnico. A morte, os ferimentos, o deslocamento forçado e a negação de alimentos, água e medicamentos à população palestina configuram, de maneira clara, os critérios para o reconhecimento do crime de genocídio, fato reconhecido pelos membros do PSOL na Câmara dos Deputados.

Diante desse cenário, diversos membros da Bancada tomaram medidas concretas. O deputado Glauber Braga, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CREDN, questionou o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, sobre a ausência de rompimento das relações diplomáticas do Brasil com Israel. Encaminhou também ofícios ao Ministério da Justiça e ao Ministério das Relações Exteriores, solicitando informações sobre a retenção e inadmissão de cidadãos palestinos no Brasil, além de pedir providências para a repatriação de uma família brasileira em área bombardeada por Israel no sul do Líbano.

Os deputados Fernanda Melchionna e Glauber Braga



encabeçaram a articulação de uma carta assinada por mais de 60 parlamentares em apoio à resistência palestina, pedindo o cessar-fogo na Faixa de Gaza e a convocação do embaixador do Brasil em Israel. Além da carta, foi organizado um ato na Câmara com o mesmo objetivo.

A bancada também participou de diversos eventos no mesmo sentido, como o realizado na Embaixada da Palestina em celebração ao "Dia Internacional da Solidariedade com o Povo Palestino" e a mesa de debate "Em defesa do povo palestino", na UnB, composta pela deputada Fernanda Melchionna.

A deputada Melchionna afirmou, em Plenário, que existe um casamento de conveniência entre a extrema direita, que abraça o projeto de extermínio do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e o setor da mídia corporativa que faz uma narrativa vergonhosa de um genocídio televisionado, desumanizando a vida dos palestinos.

A líder do PSOL, deputada Erika Hilton, encaminhou em nome da Bancada ofícios aos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores solicitando providências no sentido de

promover a suspensão de acordos celebrados com Israel nas áreas de segurança e defesa, bem como de transações comerciais com empresas israelenses nessas áreas, direcionando esforços para a colocação em prática de um embargo bidirecional de armas. A deputada propôs também, na condição de membro do Parlamento do Mercosul, que o bloco econômico sul-americano suspenda os acordos com Israel em prol de um cessar-fogo na Palestina.

A deputada Professora Luciene Cavalcante acionou os ministérios competentes para obter uma posição do governo brasileiro acerca dos ataques em Rafah, enquanto a deputada Sâmia Bomfim promoveu encontros nos Ministérios da Justiça, Direitos Humanos e de Relações Exteriores com o intuito de garantir a repatriação de brasileiros e parentes de brasileiros que se encontram na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. Além disso, a deputada Sâmia solicitou investigações sobre ameaças que recebeu em virtude de seu apoio ao povo palestino e se manifestou contra a censura imposta pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, que cortou seu microfone durante uma defesa da Palestina.

Em busca de ações concretas, deputados da Bancada se reuniram com o Instituto Palestino de Diplomacia Pública, visando preparar iniciativas de solidariedade e pressão sobre a comunidade internacional para que intervenha no genocídio palestino.

O PSOL também se uniu a movimentos sociais e assinou uma carta de apoio à denúncia internacional da África do Sul contra Israel e uma outra que reúne parlamentares de 13 países contra a venda de armas a Israel, participando de atos que deram publicidade a estas cartas de apoio.

As ações descritas evidenciam a mobilização e o compromisso da Bancada do PSOL em promover ações de solidariedade ao povo palestino e em questionar as relações do Brasil com Israel, em busca de mudanças significativas em resposta ao inaceitável genocídio em curso.



EDUCAÇÃO SOB ATAQUE

Mesmo com a mudança de governo e o alívio trazido pelo fim da longa noite bolsonarista, os desafios para a bancada da Federação PSOL/Rede na Educação continuaram múltiplos e consideráveis, em face, sobretudo, da forte presença, na Câmara dos Deputados como um todo e na Comissão temática em particular, da extrema-direita e de seu apêndice liberal.

Assim, sem deixar as proposições de lado, a atuação da nossa bancada seguiu sendo em larga medida defensiva, buscando obstruir e combater ameaças como perseguições a professores e movimentos sociais; o avanço das escolas-quartel; a falácia da meritocracia e a privatização velada do ensino público; a redução da capacidade de investimento do Estado; o fatiamento do atendimento educacional às pessoas com deficiência; a ampliação da EaD; a transfobia e o desvio de recursos públicos da Educação para o mercado privado de segurança patrimonial, aproveitando a comoção da sociedade com ataques violentos a escolas.

A bancada também se empenhou, no biênio, pela popularização do Enem e pela defesa da autonomia universitária e da gestão democrática do ensino.

Em 2023, um dos temas prioritários foi a controversa implementação do dito Novo Ensino Médio – NEM. Contra o caos instalado, a bancada da Federação PSOL-Rede apresentou o PDL nº 78/2023, que susta os efeitos da Portaria nº 521/2021, de Jair Bolsonaro, e o PL nº 1213/2023, que revoga a Lei nº 13.417/2017 (NEM). O PL nº 5230/2023, do Poder Executivo, concebido a partir de Consulta Pública realizada pelo MEC, trazia convergências com o PL nº 2601/2023, proposto pela nossa bancada junto com outros deputados. Mas os avanços –

imprescindíveis – foram em grande parte eliminados no substitutivo do relator, afinal aprovado e transformado na Lei Ordinária nº 14.945/2024

O deputado Tarcísio Motta representou a Federação no GT sobre políticas de combate à violência nas escolas brasileiras, que deu origem a diversas propostas legislativas. Na mesma temática, realizamos um potente Café com Lutas com o tema Paz nas Escolas, de que participaram diversas organizações sociais em diálogo com a bancada, e uma audiência pública intitulada “Violência contra as escolas e a proteção de crianças, adolescentes e profissionais da educação”. Também propusemos audiências públicas sobre a implementação do piso do magistério; o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas; Educação de Jovens e Adultos (EJA); o novo Plano Nacional de Educação (PNE); perseguições a



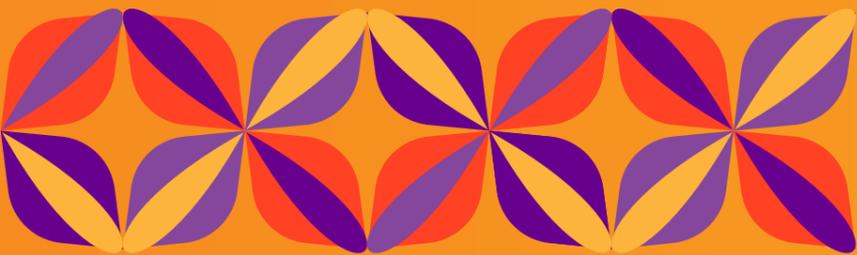
professores; a Política Nacional de Alfabetização e a valorização dos profissionais de apoio escolar – além de seminários regionais sobre o NEM.

Vale mencionar a aprovação, na CE e na CCJC, do PL nº 2387/2023, da deputada Professora Luciene Cavalcante, que inclui os professores de Educação Infantil entre os profissionais do magistério. E a aprovação, no plenário da Casa, do PL nº 1741/2022, da deputada Talíria Petrone, que dispõe sobre a prorrogação prazos para a defesa de dissertação de mestrado e tese de doutorado de estudantes gestantes; e do PL nº 3148/2023, da deputada Célia Xakriabá, que dispõe sobre a autonomia das escolas indígenas, quilombolas e do campo para nomear as instituições públicas de ensino em seus territórios.

Em 2024, a extrema-direita assumiu pela primeira vez o comando da CE, substituindo a direita liberal aliada ao Governo Lula. Nesse contexto, temas sérios e relevantes, como a implementação do novo PNE, o Sistema Nacional de Educação, o cumprimento do piso salarial dos professores e a recuperação de redes escolares atingidas por catástrofes, como no caso do Rio Grande do Sul, tiveram que disputar espaço com provocações estridentes e propostas sem cabimento da “bancada da bala” e assemelhados.

A penosa greve dos servidores federais da Educação foi um dos temas que propusemos debater em audiência pública. Também apresentamos requerimentos para debater a crise climática nas escolas; o “apagão” de professores; o Plano Nacional do Livro e da Leitura; a aplicação das verbas do Fundeb; os impactos do Novo Arcabouço Fiscal na Educação e o racismo nos estabelecimentos de ensino.

Vale mencionar a participação da deputada professora Luciene Cavalcante no GT sobre as enchentes no Rio Grande do Sul, e a criação da Subcomissão Especial para acompanhar os impactos da tragédia ambiental sobre a comunidade educacional do RS, proposta pela deputada Fernanda Melchionna. O plenário da Comissão aprovou o PL nº 3812/2023, do deputado Tarcísio Motta, que cria o Programa Federal de Apoio à Educação Popular.



RESISTÊNCIA E PROPOSTAS PARA SEGURANÇA PÚBLICA

A luta contra a liberação indiscriminada de armas foi constante nos últimos dois anos e, infelizmente, foram aprovadas em plenário sérias mudanças capazes de enfraquecer o Estatuto do Desarmamento. Porém, a atuação do Pastor Henrique Vieira, titular do PSOL na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO, foi decisiva até o debate em Plenário para diminuir os retrocessos. Assim, foi possível evitar a liberação de armas para pessoas com inquéritos e condenações por crimes violentos, além de combater a anistia perpétua para quem possui armas ilegais.

Na chamada Semana da Segurança Pública ocorrida em dezembro de 2024, a atuação do PSOL garantiu que nos Cadastros de Organizações Criminosas só possam constar como membros pessoas com condenação transitada em julgado como participantes destas organizações, evitando a criminalização por motivos racistas ou discriminatórios; assegurou que a definição do crime de colocar barricadas deve atingir quem altera o local de moradia para criar obstáculos, mas exclui bloqueios temporários em protestos e manifestações; e impediu que fosse aprovado o mero reconhecimento fotográfico, garantindo que, no flagrante provado, se exija foto e filmagem ou outros meios comprovados de autoria.

No Projeto de Lei 779/24, ao propor a Campanha Nacional de Combate à Violência Contra Policiais, que contava com o apoio do PSOL, a relatora apresentou um substitutivo de última hora no qual criava o “Novembro Branco” em homenagem à Polícia. Foi necessária rápida e intensa negociação da deputada Talíria Petrone para que houvesse uma mudança no texto para “Abril Branco”, evitando-se assim que se comprometesse o “No-



vembro Negro”, marco essencial da luta antirracista e no qual se celebra o Dia da Consciência Negra.

A forma mais eficaz de perpetuar o racismo é aprovar leis e políticas que fomentem o racismo institucional, sem, contudo, tratar diretamente do tema. É assim que a direita tem operado na área da segurança pública. A presença do PSOL, por meio do mandato do deputado Pastor Henrique Vieira na CSPCCO, tem sido importante justamente para expor o não dito e nomear o racismo e as demais violações de direitos humanos nas políticas e normas propostas, muitas delas aprovadas na Comissão.

O PSOL, ao contrário do que alegam seus críticos, tem apresentado e defendido várias normas para a melhoria

da segurança pública, tendo por base os limites estabelecidos pelos direitos humanos. O deputado Glauber Braga atuou na CSPCCO contra a privatização dos presídios e o deputado Ivan Valente apresentou a proposta de um Indicador Nacional de Esclarecimento de Homicídios com o intuito de mensurar o desempenho das investigações criminais em cada unidade da federação.

São também propostas do partido o uso de câmeras corporais por policiais; o cumprimento da Política Antimanicomial do Conselho Nacional de Justiça; o fortalecimento de canais de denúncia e apoio às vítimas; a valorização da perícia, preservando a cena do crime e garantindo a cadeia de custódia, dentre outras ações.

SEGURANÇA NÃO É LICENÇA PARA MATAR

As operações Escudo e Verão, na Baixada Santista, em 2023 e 2024, resultaram em mais de 80 mortes, com fuzilamento de pessoas rendidas, intimidação de testemunhas, violação de domicílio e adulteração de cenas dos crimes. Uma política sangrenta, de licença para matar.

O mandato de Ivan Valente denunciou veementemente essa matança indiscriminada, questionando a política de segurança do governador Tarcísio de Freitas e do secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, e entrou com duas medidas concretas para estancar a brutal violência praticada pela PM: na Justiça de SP foi apresentada uma liminar contra a ouvidoria paralela criada irregularmente por Derrite e na Procuradoria Geral da República – PGR, um pedido de federalização da investigação dos gravíssimos casos de violações de direitos humanos cometidos pela PM-SP no final de 2024.

EVENTOS

Seminários

- LGBTQIA+ do Congresso Nacional, realizado em 2023 e 2024 sob a liderança da Deputada Erika Hilton, o Seminário se consolida como a maior agenda do movimento LGBTQIA+ no Congresso Nacional;
- Desafios da Desinstitucionalização no Brasil, realizado em maio de 2024, o Seminário debateu sobre os "Desafios da Desinstitucionalização no Brasil", "Comunidades Terapêuticas e o Baixo Financiamento da RAPS", e "Manicômios Judiciários e a Resolução 487 do CNJ".

Frentes Parlamentares

- Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, relançada em dezembro de 2023;
- Frente Parlamentar Mista por Cidadania e Direitos LGBTI+, relançada em setembro de 2023;
- Frente Parlamentar do Livro, da Leitura e da Escrita, relançada em abril de 2024.

Exposições

- Direito à Verdade, realizada em abril de 2024, a exposição fez alusão ao Dia Internacional do Direito à Verdade e contou as graves violações de direitos humanos ocorridas no período da ditadura militar até os dias atuais;
- Marielle Franco - Nesse Lugar, realizada em março de 2023, a exposição foi uma parceria entre a Bancada do PSOL na Câmara dos Deputados e a Fundação Lauro Campos & Marielle Franco e trouxe uma amostra do acervo biográfico da vereadora;
- Tecendo histórias - A trama negra na moda brasileira, realizada em novembro de 2024, a exposição mostrou a participação negra na moda e contou com o desfile "Afrofuturismo: os poderes ancestrais" no plenário da Câmara dos Deputados;
- 10 anos do massacre da Boate Kiss, realizada em abril de 2023, a exposição contou com fotos da situação em que ficou a Boate Kiss após a tragédia que vitimou 242 jovens.

Café com Lutas

- Café com Lutas - Paz nas escolas, realizado em junho de 2023, o evento se dedicou a discutir a crescente onda de ataques às escolas e propor medidas legislativas para seu combate.

Sessões Solenes

- Homenagem a Marielle Franco e Anderson Gomes, realizada anualmente pela Bancada do PSOL, a sessão solene em Homenagem a Marielle Franco e Anderson Gomes busca manter viva a memória das vítimas e faz ecoar o grito por justiça;
- Direito à Verdade, realizada anualmente no plenário da Câmara com referência histórica às grandes violações aos direitos humanos;
- Consciência Negra, realizada anualmente, a solenidade busca comemorar o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra;
- 40 anos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, realizada em fevereiro de 2024 para celebrar os 40 anos do MST;
- Homenagem à 3ª Marcha das Mulheres Indígenas, realizada em setembro de 2023, contou com a participação de mulheres indígenas de todo o país;
- 20 anos do Acampamento Terra Livre (ATL), realizada em abril de 2023 esta foi a primeira vez que o movimento indígena entrou pela porta da frente do Congresso Nacional;
- Dia Internacional dos Direitos Humanos, realizada anualmente em dezembro.

Iluminações e Projeções

- LGBT, realizada anualmente em maio ou junho, em celebração ao Dia Internacional do Combate à LGBTfobia (17/05) e Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ (28/06);
- Visibilidade Trans, realizada anualmente em janeiro, em celebração ao Dia da Visibilidade Trans;
- Dia dos Povos indígenas, realizada em 2023 e 2024 como parte das atividades do Acampamento Terra Livre.

Atos Públicos

- Marcha das Mulheres Indígenas, realizada junto ao mandato da deputada Célia Xakriabá em setembro de 2023;
- Visibilidade Trans, realizada anualmente junto ao mandato da deputada Erika Hilton;
- Exibição da peça Vozes da Floresta, exibição da peça que contou a luta de Chico Mendes, foi realizada através de parceria entre o mandato do deputado Glauber Braga e a atriz Lucélia Santos;
- Solidariedade ao Povo Palestino, ato realizado em 2023 como demonstração de solidariedade ao povo palestino que sofre com o genocídio promovido por Israel.

BANCADA DO PSOL: MANDATOS ATUANTES E MARCANTES

A bancada do PSOL na Câmara foi destaque do Prêmio Congresso em Foco em 2023 e 2024.

Por dois anos consecutivos, parlamentares do PSOL foram consideradas a melhor do país por votação popular pela internet. No ano passado, a deputada Erika Hilton foi a vencedora da categoria Melhores na Câmara. No ano anterior, a mais votada pelo público foi a deputada Sâmia Bomfim, sendo também escolhida como melhor parlamentar pelos jornalistas que cobrem o Congresso Nacional.

Nos dois anos, a bancada do PSOL foi destaque na escolha de jornalistas, do público e de especialistas em áreas específicas.

Prêmio Congresso em Foco 2023

- **Melhor na Câmara por voto popular:** deputada Sâmia Bomfim
- **Melhores na Câmara por voto popular:** deputada Erika Hilton (2°), deputado Guilherme Boulos (3°), deputada Fernanda Melchionna (5°), deputado Glauber Braga (6°), deputada Célia Xakriabá (7°), deputada Talíria Petrone (9°), deputado Pastor Henrique Vieira (11°), deputada Luiza Erundina (12°), deputado Chico Alencar (13°), deputado Ivan Valente (18°) e deputado Tarcísio Motta (25°).
- **Melhor na Câmara pelos jornalistas:** deputada Sâmia Bomfim
- **Melhor na Câmara da região Sul:** deputada Fernanda Melchionna
- **Melhor na Câmara da região Sudeste:** deputada Sâmia Bomfim

Prêmio Congresso em Foco 2024

- **Melhor na Câmara por voto popular:** deputada Erika Hilton
- **Melhores na Câmara por voto popular:** deputada Sâmia Bomfim (2°), deputado Guilherme Boulos (3°), deputado Pastor Henrique Vieira (4°), deputada Fernanda Melchionna (6°), deputada Luiza Erundina (7°), deputado Glauber Braga (8°), deputada Célia Xakriabá (11°), deputado Chico Alencar (12°), deputada Talíria Petrone (13°), deputado Ivan Valente (18°), deputado Tarcísio Motta (19°) e deputada Professora Luciene Cavalcante (24°).
- **Melhor na Câmara pelo júri especializado:** deputada Fernanda Melchionna
- **Melhor na Câmara Categoria Clima e Sustentabilidade:** deputada Célia Xakriabá
- **Melhor na Câmara da região Sul:** deputada Fernanda Melchionna
- **Melhor na Câmara da região Sudeste:** deputada Erika Hilton
- **Categoria Cidades Inteligentes – Menção Honrosa:** deputada Luiza Erundina

DESTAQUE DOS MANDATOS

Célia Xakriabá

Através da Indicação INC 1787/2024, propusemos que 1% do orçamento militar global dos países do G20 seja redirecionado para o combate à crise climática, com foco na preservação ambiental e nos povos indígenas. A estimativa de recursos é cerca de US\$ 21,91 bilhões. O Brasil, como líder do grupo, seria incentivado a transformar parte dos recursos militares em ações e a assumir o protagonismo na luta climática.

Chico Alencar

Apresentamos o PL 4077/2024, pelo fim dos supersalários no funcionalismo público, e o PL 672/2024, em parceria com Tarcísio Motta, que proíbe a monetização nas redes sociais de conteúdos sobre o exercício da função pública por detentores de mandatos eletivos, como alguns deputados "influencers" da extrema direita.

Erika Hilton

Trabalhei pelo avanço e proteção dos direitos humanos, sociais, das trabalhadoras e trabalhadores e das populações marginalizadas, assim como a transição ecológica e a defesa da nossa democracia. Destaco também a aliança com os movimentos e demandas populares, como, por exemplo, o trabalho em conjunto com o Movimento Vida Além do Trabalho, propondo a PEC contra a Escala 6x1 e pela redução da Jornada de Trabalho no Brasil.

Glauber Braga

Em 2024, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou nosso projeto que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, para dispor sobre o Sistema Nacional de Informações e Monitoramento de Desastres – o PL 1450/2015. A matéria foi encaminhada para análise no Senado.

Fernanda Melchionna

Atuamos com firmeza e celeridade durante a catástrofe climática que atingiu o Rio Grande do Sul, em 2024. Logo que começaram as enchentes, apresentei a PEC da Calamidade, para viabilizar orçamento e contratações emergenciais na reconstrução do estado, o Plano de Reconstrução Socioambiental do RS, além de um pacote de mais de 10 iniciativas para prestar socorro às famílias atingidas e agilizar a reconstrução do estado no médio prazo.

Guilherme Boulos

Uma das nossas iniciativas mais importantes em 2024 foi a apresentação do projeto que acaba com os supersalários do serviço público. Já conseguimos mais de 70 mil assinaturas em apoio à proposta, que tem potencial de economizar até R\$ 5 bilhões por ano – e deve englobar apenas 0,3% dos servidores efetivos, a elite da elite do funcionalismo. É justiça social,

redistribuindo de quem ganha mais para desonerar o servidor na ponta que recebe os menores salários.

Pastor Henrique Vieira

Nesses dois primeiros anos de mandato, nosso foco foi a defesa da segurança alimentar, da igualdade racial, da diversidade e da liberdade religiosa. Em 2023, integrei a CPMI dos Atos Golpistas, que pediu o indiciamento de Bolsonaro, militares, ex-ministros e outros aliados do ex-presidente. Na Comissão da Família, liderei a luta contra o fim do casamento civil homoafetivo e mobilizei 198.285 assinaturas em apoio à campanha #OAmorVence. Em 2024, sou candidato à presidência da Câmara dos Deputados como alternativa a Hugo Motta, apoiado por Arthur Lira.

Ivan Valente

Em 2023, apresentei o Projeto de Lei Complementar (PLP) 250, que visa estabelecer normas gerais em matéria de governança fiscal no âmbito federal. O objetivo da proposta é disciplinar a concessão e manutenção de isenções fiscais, determinando regras baseadas em princípios socioambientais. O projeto é resultado de uma parceria entre o mandato e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC).

Prof. Luciene Cavalcante

Tivemos aprovado o projeto de

Lei 2387/2023, que garante o enquadramento de todas as educadoras infantis na carreira do magistério. Em todo o país, há mais de 60 nomenclaturas utilizadas pelos prefeitos e governadores para denominar as educadoras, que recebem em sua maioria um salário mínimo para a jornada de trabalho de 40h semanais. O objetivo é garantir a todas educadoras os mesmos direitos e benefícios dos professores. O texto está no Senado

Luiza Erundina

É lei! Proposta de minha autoria agora é a Lei 14.644/2023, que institui normas para a criação de conselhos e fóruns escolares com a participação de representantes da sociedade civil, escolhidos por meio de eleição, um importante mecanismo de participação popular na gestão da educação. É o resultado de anos de luta em defesa de uma educação de qualidade e, sobretudo, popular e democrática!

Sâmia Bomfim

Nos últimos dois anos, tive como prioridade a luta feminista e o enfrentamento à extrema direita. Nas ruas e no Congresso, combati o PL 1904 e a PEC do Estupro e estive firme na denúncia contra a PEC 9, de anistia aos partidos políticos que descumpriram as cotas de gênero e raça nas eleições. Além de aprovar diversos projetos em defesa dos

direitos e da vida das mulheres, assumi a relatoria do Grupo de Trabalho da Política Nacional de Cuidados, a Coordenadoria-adjunta da Secretaria da Mulher da Câmara e coordenei a Frente Parlamentar Mista da Criança e do Adolescente.

Talíria Petrone

Em 2024, pesquisadores e pesquisadoras do Brasil conquistaram uma vitória com a aprovação da Lei Mães Cientistas, de minha autoria e sancionada pelo presidente Lula. A nova lei garante a ampliação do prazo de conclusão de cursos para estudantes, em pelo menos 180 dias após o nascimento ou adoção e em 360 dias para crianças com deficiência. A conquista é uma vitória para a ciência, para as mães e para as mulheres, e reforça a importância da presença feminina nas ciências.

Tarcísio Motta

Apresentei, em 2024, Proposta de Emenda à Constituição que cria o Sistema Único de Proteção Socioambiental. O objetivo é elevar a proteção socioambiental do país ao patamar de política de Estado, garantindo uma estrutura nacional de financiamento solidário de políticas públicas destinadas à prevenção, mitigação, preparação para emergências, gestão de crise, recuperação e reparação de danos e prejuízos causados por desastres socioambientais.

PROJETOS APROVADOS

BANCADA DO PSOL NO BIÊNIO 2023/2024

Confira os projetos da bancada do PSOL que se tornaram leis:

PRC 116/2023.

convertida em Resolução 6/2023.
Cria a Bancada Negra da Câmara dos Deputados.

AUTORES:

Deputada Talíria Petrone e deputado Damião Feliciano (União/PB)

PL 2245/2023.

convertido em Lei 14.821/2024.
Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua – PNTC PopRua.

AUTORA:

Deputada Erika Hilton

PL 1741/2022.

convertido em Lei 14.925/2024.
Conhecida como a lei das mães cientistas, dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadoras do ensino superior em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção e disciplina a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo.

AUTORA:

Deputada Talíria Petrone

PL 4483/2008.

convertido em Lei 14.644/2023.
Altera a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação, para prever a instituição de conselhos de escola e de conselhos de representantes dos conselhos de escola.

AUTORA:

Deputada Luiza Erundina

PL 1732/2021.

convertido em Lei 14.618/2023.
Institui o Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura.

AUTORA:

Deputada Sâmia Bomfim

Projetos da bancada aprovados no plenário da Câmara e que estão para votação no Senado:

PL 3148/2023.

Dispõe sobre a autonomia das escolas indígenas, quilombolas e do campo para nomear as instituições públicas de ensino em seus territórios.

AUTORA:

Deputada Célia Xakriabá - Agosto/2023

PL 2530/2023,

apensado ao PL 2131/2007.
Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre empréstimos consignados em caso de contratação sem autorização do beneficiário.

AUTOR:

Deputado Guilherme Boulos - Agosto/2023

PL 4186/2021.

Altera o art. 206 da Lei 10.406/2002 (Código Civil) para o fim de fixar em 20 anos o prazo prescricional da pretensão de reparação civil das vítimas de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

AUTORAS:

Deputadas Sâmia Bomfim e Fernanda Melchionna - Dezembro/2023.

PL 475/2024.

Veda a adoção de critérios discriminatórios contra estudantes e pesquisadores em virtude de gestação, parto, nascimento de filho ou adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção nos processos de seleção para bolsas de estudo e pesquisa das instituições de educação superior e das agências de fomento à pesquisa.

AUTORAS:

Deputadas Erika Hilton, Célia Xakriabá, Luiza Erundina, Professora Luciene Cavalcante e Talíria Petrone - Março/2024

PL 773/2024.

Inscribe Carolina Maria de Jesus, escritora, catadora e multiartista no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

AUTORA:

Deputada Erika Hilton - Novembro/2024

PL 2825/2022.

Estabelece diretrizes gerais para o combate à violência contra a mulher em ambiente universitário.

AUTORA:

Deputada Sâmia Bomfim - Dezembro/2024

Projetos da bancada aprovados com tramitação conclusiva em comissões para análise do Senado

PL 1044/2007.

Limita a possibilidade de representação dos segurados perante os órgãos da Previdência Social, admitindo-se procuração por instrumento público apenas para cônjuge, companheiros, parentes legais até 3º grau, assistente social que represente a instituição onde está internado o beneficiário e advogado, impedindo a atuação de “agenciador”.

AUTORA:

Deputada Luiza Erundina - Maio/2023

PL 853/2019.

Acrescenta ao calendário oficial a “Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes”, a ser celebrada anualmente em 15 de agosto, e dá outras providências.

AUTORA:

Deputada Sâmia Bomfim - Agosto/2023

PL 1450/2015.

Altera a Lei nº 12.608, de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, para dispor sobre o Sistema Nacional de Informações e Monitoramento de Desastres.

AUTOR:

Deputado Glauber Braga - Julho/2024

PL 2387/2023.

Altera o art. 2º, §2º da Lei 11.738/2008, para incluir os professores de Educação Infantil como profissionais do magistério. Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para acrescentar o parágrafo segundo para designação de professores de educação infantil pertencentes à carreira do magistério.

AUTORA:

Deputada Prof. Luciene Cavalcante - Dezembro/2024.



Nando
Watta

